

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	91.880.972
Preferenciais	101.878.293
<b>Total</b>	<b>193.759.265</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	13/07/2016	Dividendo		Ordinária		0,51188
Reunião do Conselho de Administração	13/07/2016	Dividendo		Preferencial		0,56307
Assembléia Geral Ordinária	20/04/2016	Dividendo		Ordinária		0,35621
Assembléia Geral Ordinária	20/04/2016	Dividendo		Preferencial		0,39183

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	6.538.505	7.402.363
1.01	Ativo Circulante	2.476.524	3.033.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	957.123	785.146
1.01.03	Contas a Receber	1.192.336	1.897.896
1.01.03.01	Clientes	1.000.511	1.138.256
1.01.03.01.01	Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	1.103.924	1.218.637
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-103.413	-80.381
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	191.825	759.640
1.01.03.02.01	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	173.431	625.146
1.01.03.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	18.394	134.494
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.533	81.257
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.533	81.257
1.01.06.01.01	Tributos a compensar	63.533	81.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	263.532	269.700
1.01.08.03	Outros	263.532	269.700
1.01.08.03.04	Outros créditos	55.249	37.165
1.01.08.03.06	Subsídios Tarifários	208.283	232.535
1.02	Ativo Não Circulante	4.061.981	4.368.364
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.246.880	2.571.574
1.02.01.03	Contas a Receber	166.512	338.921
1.02.01.03.01	Clientes	9.710	15.862
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	156.802	323.059
1.02.01.06	Tributos Diferidos	657.981	707.771
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	657.981	707.771
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.422.387	1.524.882
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	61.502	84.060
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	124.723	111.260
1.02.01.09.08	Ativo Indenizável (concessão)	1.039.460	907.123
1.02.01.09.09	Outros créditos	42.622	48.631
1.02.01.09.10	Instrumentos financeiros derivativos	154.080	373.808
1.02.03	Imobilizado	10.569	13.494
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	10.569	13.494
1.02.04	Intangível	1.804.532	1.783.296
1.02.04.01	Intangíveis	1.804.532	1.783.296
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.804.532	1.783.296

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	6.538.505	7.402.363
2.01	Passivo Circulante	1.990.227	2.347.901
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.260	60.813
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.260	60.813
2.01.02	Fornecedores	368.051	586.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	317.838	483.820
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	50.213	102.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	157.827	222.941
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.482	50.038
2.01.03.01.02	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	26.125	39.406
2.01.03.01.03	Programa de integração social - PIS	5.620	8.511
2.01.03.01.04	Impostos retidos na fonte	1.737	2.121
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	124.345	172.903
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	603.522	681.349
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	404.180	422.288
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	103.508	97.607
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	300.672	324.681
2.01.04.02	Debêntures	199.342	259.061
2.01.05	Outras Obrigações	802.567	796.468
2.01.05.02	Outros	802.567	796.468
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	69.610	98.279
2.01.05.02.04	Encargos do consumidor	281.531	335.364
2.01.05.02.07	Obrigações P&D e eficiência energética	43.368	40.085
2.01.05.02.09	Outros passivos	55.797	51.257
2.01.05.02.10	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	352.261	271.483
2.02	Passivo Não Circulante	2.598.165	3.092.017
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.090.891	2.555.649
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.423.814	1.738.171
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	441.009	484.252
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	982.805	1.253.919
2.02.01.02	Debêntures	667.077	817.478
2.02.02	Outras Obrigações	251.616	296.649
2.02.02.02	Outros	251.616	296.649
2.02.02.02.04	Obrigações P&D e eficiência energética	19.166	17.382
2.02.02.02.06	Outros passivos	16.969	15.445
2.02.02.02.07	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	215.481	263.822
2.02.04	Provisões	255.658	239.719
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	255.658	239.719
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	38.229	35.351
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.672	32.529
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	152.219	141.809
2.02.04.01.05	Desapropriações e servidões	10.776	9.305
2.02.04.01.06	Regulatórias	14.762	20.725
2.03	Patrimônio Líquido	1.950.113	1.962.445
2.03.01	Capital Social Realizado	952.492	952.492

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03.02	Reservas de Capital	765.882	765.882
2.03.02.07	Reserva de capital	765.882	765.882
2.03.04	Reservas de Lucros	171.422	244.071
2.03.04.01	Reserva Legal	171.422	171.422
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	72.649
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.317	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.158.343	3.449.131	1.244.339	4.145.715
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-976.571	-2.900.915	-1.006.701	-3.473.314
3.02.01	Energia comprada para revenda	-740.986	-2.204.108	-818.374	-2.830.226
3.02.02	Custos operacionais	-88.672	-301.961	-79.874	-308.896
3.02.03	Depreciações e Amortizações	-973	-2.926	-1.040	-3.125
3.02.04	Amortização de Ativo Intangível	-42.361	-126.400	-38.346	-117.542
3.02.05	Custo de construção	-103.579	-265.520	-69.067	-213.525
3.03	Resultado Bruto	181.772	548.216	237.638	672.401
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-58.838	-188.148	-77.158	-165.108
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.857	-17.664	-5.913	-16.315
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.772	-57.591	-17.038	-56.557
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.209	-112.893	-54.207	-92.236
3.04.05.01	Outras despesas operacionais líquidas	-33.209	-112.893	-54.207	-92.236
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	122.934	360.068	160.480	507.293
3.06	Resultado Financeiro	-34.462	-105.073	-30.731	-91.661
3.06.01	Receitas Financeiras	59.867	165.411	90.323	210.289
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.329	-270.484	-121.054	-301.950
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.472	254.995	129.749	415.632
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.620	-91.683	-44.728	-147.820
3.08.01	Corrente	-29.610	-42.617	-24.150	-102.003
3.08.02	Diferido	990	-49.066	-20.578	-45.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.852	163.312	85.021	267.812
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.852	163.312	85.021	267.812
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,32282	0,88083	0,45857	1,44446
3.99.01.02	ON	0,29347	0,80076	0,41688	1,31314

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	59.852	163.312	85.021	267.812
4.02	Outros Resultados Abrangentes	465	1.403	867	2.599
4.02.05	Efeito do limite do ativo de benefício definido	707	2.126	1.313	3.938
4.02.06	Tributo diferido sobre ajustes atuariais	-242	-723	-446	-1.339
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.317	164.715	85.888	270.411

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	863.518	385.161
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	711.430	765.174
6.01.01.01	Lucro líquido do período	163.312	267.812
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.539	50.893
6.01.01.03	Juros e variações monetárias e cambiais	262.642	253.087
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	129.326	120.667
6.01.01.05	Perda na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	14.474	10.124
6.01.01.06	Plano de pensão	2.126	3.938
6.01.01.08	Provisão para ações judiciais e regulatórias	36.271	25.867
6.01.01.09	Tributos diferidos	49.067	45.817
6.01.01.10	Marcação a mercado - ativo financeiro	-55.801	-52.139
6.01.01.11	Programa de P&D e eficiência energética	34.265	34.943
6.01.01.12	Pagamentos baseados em ações	6.209	4.165
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	152.088	-380.013
6.01.02.01	Contas a receber	74.358	-345.325
6.01.02.03	Tributos a compensar	40.282	-14.806
6.01.02.05	Outros créditos	-10.905	95.711
6.01.02.06	Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	-206.230	-184.108
6.01.02.07	Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	-272.112	234.818
6.01.02.08	Tributos a recolher	-22.957	-53.731
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-42.157	99.103
6.01.02.10	Provisão para ações judiciais e regulatórias	-20.332	-15.409
6.01.02.12	Programa de P&D e eficiência energética	-34.654	-23.924
6.01.02.13	Outros passivos	-3.614	-4.744
6.01.02.14	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	617.972	-199.053
6.01.02.15	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	32.437	31.455
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-234.449	-194.025
6.02.01	Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	-265.518	-213.524
6.02.02	Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	26.872	14.336
6.02.04	Caução de fundos e depósitos vinculados	4.197	5.163
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-457.092	-67.184
6.03.02	Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)	-457.489	-82.251
6.03.04	Captação de empréstimos	206.114	410.602
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-205.717	-395.535
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	171.977	123.952
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	785.146	578.648
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	957.123	702.600

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	952.492	765.882	244.071	0	0	1.962.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.492	765.882	244.071	0	0	1.962.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.715	0	164.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.312	0	163.312
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.403	0	1.403
5.05.03.02	Ganhos e Perdas atuariais líquida	0	0	0	0	1.403	1.403
5.05.03.03	Reclassificação conforme parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	0	0	0	1.403	-1.403	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.649	-104.398	0	-177.047
5.06.04	Dividendos propostos e pagos	0	0	-72.649	0	0	-72.649
5.06.05	Dividendos intermediários propostos	0	0	0	-104.398	0	-104.398
5.07	Saldos Finais	952.492	765.882	171.422	60.317	0	1.950.113

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	952.492	765.882	501.885	0	0	2.220.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.492	765.882	501.885	0	0	2.220.259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	270.411	0	270.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	267.812	0	267.812
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.599	0	2.599
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.599	2.599
5.05.03.02	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	0	0	0	2.599	-2.599	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-330.463	-184.524	0	-514.987
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	-330.463	0	0	-330.463
5.06.05	Dividendos intermediários	0	0	0	-184.524	0	-184.524
5.07	Saldos Finais	952.492	765.882	171.422	85.887	0	1.975.683

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
7.01	Receitas	5.870.710	6.943.557
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.164.393	6.248.683
7.01.02	Outras Receitas	-293.683	694.874
7.01.02.01	Receita de construção	265.520	213.525
7.01.02.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	-61.172	-42.156
7.01.02.03	Outras receitas	2.647	5.036
7.01.02.04	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-500.678	518.469
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.931.235	-3.582.872
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.561.960	-3.236.786
7.02.04	Outros	-369.275	-346.086
7.02.04.01	Custo de construção	-265.520	-213.525
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-103.755	-132.561
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.939.475	3.360.685
7.04	Retenções	-129.326	-120.667
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-129.326	-120.667
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.810.149	3.240.018
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	165.411	210.289
7.06.02	Receitas Financeiras	165.411	210.289
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.975.560	3.450.307
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.975.560	3.450.307
7.08.01	Pessoal	195.011	182.538
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.499.707	1.482.082
7.08.02.01	Federais	454.071	423.356
7.08.02.02	Estaduais	1.045.223	1.058.406
7.08.02.03	Municipais	413	320
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.117.530	1.517.875
7.08.03.03	Outras	1.117.530	1.517.875
7.08.03.03.01	Encargos setoriais e outros	847.568	1.216.152
7.08.03.03.02	Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	269.962	301.723
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	163.312	267.812
7.08.04.02	Dividendos	104.398	184.524
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.914	83.288

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

## RESULTADOS E DESEMPENHO EM SETEMBRO DE 2016

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	30/09/2016	30/09/2015 <sup>(2)</sup>	Variação	Variação %
Receita Bruta	5.929,2	6.980,7	-1.051,4	-15,1%
Receita Líquida	3.449,1	4.145,7	-696,6	-16,8%
Margem Operacional Líquida	979,5	1.102,0	-122,5	-11,1%
EBITDA	489,4	628,0	-138,6	-22,1%
Margem EBITDA	14,2%	15,1%	-0,9 p.p.	-6,0%
Lucro Líquido	163,3	267,8	-104,5	-39,0%
Dívida Líquida	1.566,8	1.878,5	-311,7	-16,6%
Investimentos	250,7	217,4	33,3	15,3%

Outros Resultados	set/16	set/15	Variação	Variação %
Volume de fornecimento (GWh)	8.656,9	9.349,2	-692,3	-7,4%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	11.748,0	12.021,8	-273,8	-2,3%
Clientes (milhares)	2.542	2.486	55,9	2,2%
DEC anualizado (horas)	8,70	7,90	0,80	10,1%
FEC anualizado (interrupções)	4,69	4,70	-0,01	-0,2%
Perdas de Distribuição (%) <sup>(3)</sup>	8,05%	6,89%	1,2 p.p.	16,8%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAA-	brAA+	-	-

<sup>(1)</sup> Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

<sup>(2)</sup> Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

<sup>(3)</sup> Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde setembro/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em setembro/16 da Elektro seria de 9,95% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

**DESTAQUES**

- Pelo segundo ano consecutivo, a Elektro foi considerada a **Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina** e, pela 4ª vez consecutiva, a **Melhor Empresa para Trabalhar no País**, ambas as premiações pela pesquisa *Great Place to Work*.
- Em 22 de junho, a Elektro foi eleita pela 10ª vez como **Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Sudeste do País** e também eleita pela 11ª vez a **Melhor em Gestão Operacional**.
- Liberação da primeira parcela do financiamento junto ao **Banco Europeu de Investimento (BEI)**, com o crédito dos recursos em 1º de julho no valor de R\$ 180,2 milhões, a um custo final de 76,5% do CDI.
- Em 03 de outubro, consagrada como a **Melhor Empresa do Setor de Energia** pelo GUIA VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, realizado em parceria com a FIA.

**Comentário do Desempenho**Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016**SUMÁRIO**

<b>1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITALS</b> .....	<b>3</b>
<b>2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b> .....	<b>3</b>
<b>3. AMBIENTE ECONÔMICO</b> .....	<b>3</b>
<b>4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO</b> .....	<b>4</b>
4.1. Revisão Tarifária Extraordinária .....	4
4.2. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária.....	4
4.3. Reajuste Tarifário .....	5
4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) .....	5
4.5. Bandeiras Tarifárias.....	6
4.6. Sobrecontratação de energia .....	7
<b>5. DESEMPENHO COMERCIAL</b> .....	<b>8</b>
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	8
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	11
5.3. Contratos de Compra de Energia .....	11
<b>6. RESULTADOS</b> .....	<b>12</b>
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	13
<b>7. ESTRUTURA DE CAPITAL</b> .....	<b>14</b>
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros.....	16
<b>8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</b> .....	<b>16</b>
<b>9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b> .....	<b>16</b>
<b>10.FLUXO DE CAIXA</b> .....	<b>17</b>
<b>11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>12.DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	<b>19</b>
12.1. DEC e FEC .....	19
12.2. Perda de Distribuição .....	19
<b>13.RECONHECIMENTOS</b> .....	<b>20</b>

**Comentário do Desempenho****Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016****1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITALIS**

A **Elektro Redes S.A.**, nova denominação social da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

A partir de 1º de setembro de 2016, a denominação social da Elektro mudou de Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para Elektro Redes S.A. e o controlador direto, anteriormente denominado Iberdrola Brasil S.A. também teve sua denominação alterada para Elektro Holding S.A.. As mudanças acima não envolvem qualquer alteração no controle acionário das companhias e não altera os códigos de negociação das ações da Elektro Redes S.A., nem tampouco o nome pela qual as ações são negociadas no pregão da BM&FBovespa. Permanecem os códigos EKTR3 para as ações ordinárias e EKTR4 para as ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2016, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30/09/2016						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
<b>Elektro Holding S.A.</b>	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
<b>Acionistas Minoritários</b>	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100,00%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100,00%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>
<b>Participação sobre o total de Ações</b>		<b>47,42%</b>		<b>52,58%</b>		<b>100,00%</b>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível<sup>1</sup>) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

**2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* [ri.elektro.com.br](http://ri.elektro.com.br), pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br) ou pelo telefone (19) 2122-1487.

**3. AMBIENTE ECONÔMICO**

Apesar do cenário econômico ainda desafiador no terceiro trimestre de 2016, o período mostrou sinais de melhora na confiança da indústria e do consumidor, principalmente após definições importantes no cenário político, quando, em agosto de 2016, foi concluído o processo de impeachment na presidência da República. Tais mudanças no ambiente político interno reduziram as incertezas e, portanto, impactaram positivamente a perspectiva de risco país, sinalizando a melhora de alguns indicadores econômicos.

Um desses resultados, por exemplo, está relacionado ao câmbio. A moeda brasileira fechou o mês de setembro de 2016 em R\$ 3,2462/US\$, com valorização de 16,87% frente ao dólar norte-americano de 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$ 3,9048/US\$ e valorização de 18,29% frente a moeda de 30 de setembro de 2015, cotada a R\$ 3,9729/US\$.

Já o Comitê de Política Monetária (Copom), em setembro de 2016, manteve a taxa básica de juros (SELIC) em 14,25%. Concomitantemente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também manteve a Taxa de Juros

<sup>1</sup> Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

**Comentário do Desempenho****Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016**

de Longo Prazo (TJLP), principal indexador de empréstimos do BNDES, em 7,5% ao ano (fixada até dezembro de 2016).

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou alta de 6,48% a.a. nos primeiros nove meses de 2016, incremento de 0,13 ponto percentual sobre o mesmo período de 2015. Com relação ao Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador apresentou inflação de 5,51% a.a. em setembro de 2016, redução de 2,1 pontos percentuais sobre o mesmo período de 2015, influenciado, principalmente pela desaceleração de itens como habitação e transportes.

Para o comércio exterior brasileiro, segundo apuração do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o saldo acumulado da Balança Comercial em setembro de 2016 foi um superávit de US\$ 36,2 bilhões, ultrapassando em US\$ 25,9 bilhões o resultado de janeiro a setembro de 2015, registrando recorde para o período. Este resultado decorre do aumento das exportações, especialmente relacionado à desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-americano e baixo consumo no mercado interno. Durante os meses de janeiro a setembro de 2016, as exportações somaram US\$ 139,4 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 103,2 bilhões.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, no segundo trimestre acumulado de 2016, o PIB do País recuou 3,8% quando comparado ao mesmo período de 2015, resultado, principalmente, da queda da produção industrial e retração do investimento em setores como construção civil, infraestrutura, automobilístico e linha branca.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	30/09/2016	30/09/2015	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	3,2462	3,9729	(0,7267)
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	16,87%	-49,57%	66,44 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	6,48%	6,35%	0,13 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	5,51%	7,64%	-2,13 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	10,42%	9,56%	0,86 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	5,57%	4,47%	1,1 p.p.

(\*) Cotação no encerramento do período.

**4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO****4.1. Revisão Tarifária Extraordinária**

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, dos preços realizados no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ocorridos em meados de 2014 até janeiro de 2015, a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aplicada em 02 de março de 2015, por meio da Resolução nº 1.858 da ANEEL de 27 de fevereiro de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% nas tarifas aplicadas aos seus consumidores.

**4.2. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária**

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definida para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (Weighted Average Capital Cost ou Custo Médio Ponderado de Capital) líquido de impostos de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%, o que representou um ajuste na remuneração do capital.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Custo de Capital – WACC; Fator X (índice que transfere parte dos ganhos de eficiência das distribuidoras com os consumidores); Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%, composta pela recomposição dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e pela revisão dos custos gerenciáveis (Parcela B).

Conforme modelo regulatório vigente, o resultado do 4º Ciclo de Revisão Tarifária contemplou o repasse ao consumidor dos ganhos de eficiência obtidos no ciclo tarifário anterior. Isto representa uma redução na margem operacional da Distribuidora, no início de cada novo ciclo tarifário, que é compensado ao longo dos anos subsequentes, considerando novos ganhos de mercado e eficiências a serem obtidas pela Companhia.

### 4.3. Reajuste Tarifário

Em 27 de agosto de 2016 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual da Elektro, homologado pela Resolução nº 2.125 de 23 de agosto de 2016. Neste reajuste foram atualizados os custos não gerenciáveis da distribuidora (Parcela A), repassados em sua totalidade para a tarifa dos consumidores. Nesse sentido, a redução de alguns componentes, como o preço da tarifa de energia de Itaipu, aliado a redução do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vide nota explicativa 3.4), culminou em uma redução média das tarifas aos consumidores de 13,40%. Ressalta-se que a parcela que remunera os custos gerenciados pela distribuidora (Parcela B), obteve reajuste positivo devido à atualização pela inflação registrada no período (IGP-M), descontada do Fator X. Assim, a redução nas tarifas praticadas não afeta a Margem Operacional da Companhia uma vez que se trata, principalmente, de ajustes na Parcela A e Outros Itens Financeiros cujo impacto é neutro no resultado da Companhia.

### 4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)

A CDE é uma conta cuja arrecadação é utilizada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por fontes alternativas e para a universalização da energia elétrica no país. Conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve também suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, além de outros custos. O mecanismo de recomposição do fundo é realizado por meio de cotas mensais homologadas pela ANEEL e recolhidas ao fundo operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, e o ressarcimento às distribuidoras para os subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pela Eletrobrás, sendo que este encargo é repassado aos consumidores por meio das tarifas, tendo efeito nulo no resultado.

Devido à crise hídrica ocorrida ao longo dos anos de 2013 e 2014, que teve como resultado uma forte elevação dos custos de energia, o Governo Federal permitiu o repasse às Distribuidoras de recursos do fundo da CDE para cobertura do descasamento de caixa e resultado do período. No entanto estes recursos foram insuficientes para neutralizar toda a exposição das distribuidoras. Assim, em abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221 que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras. Essa operação não exigiu das distribuidoras qualquer garantia direta ou indireta para firmar os contratos de empréstimo.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram em 2015 o repasse desses encargos nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária, com término previsto para abril de 2020. Anualmente a ANEEL homologa os valores das parcelas mensais, que devem vigorar para os 12 meses subsequentes, para repasse à CCEE, que são definidos por critério específico de rateio e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido à época (que totalizou R\$ 1,12 bilhão entre 2014 e 2015), sendo garantida a neutralidade tarifária para a distribuidora. Em 2015, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.863 e nº 2.004, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento mensal na tarifa equivalente a R\$ 26,0 milhões, referente ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, e um incremento de R\$ 27,5 milhões para o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Assim, durante o ano de 2016, a Companhia liquidou o montante total de R\$ 235,6 milhões.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

No que tange aos recolhimentos mensais das cotas de CDE, houve no ano de 2015 um descasamento de caixa, pois a Elektro vinha recolhendo integralmente sua cota mensal, e em contrapartida não recebeu do fundo a integralidade dos repasses dos valores de subsídios. Assim, em 06 de agosto de 2015, a Companhia obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos mensais os valores já vencidos e não repassados pelo fundo, que no ano de 2016 totalizaram R\$ 174,1 milhões (R\$ 211,4 milhões em 31 de dezembro de 2015). Por se tratar de ordem liminar, a Companhia apresenta os saldos a receber e a pagar segregados em seu balanço patrimonial, exceto para o período de agosto de 2015 a janeiro de 2016 para os quais obteve recibo de quitação no montante de R\$ 230,7 milhões.

Ainda com relação aos recolhimentos de CDE, a Associação Brasileira de Consumidores de Energia (ABRACE), em julho de 2015, questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE, bem como a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Em setembro de 2015, após a abertura da Audiência Pública nº 057 e a fim de dar cumprimento à ordem judicial, a ANEEL fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, as quais foram aplicadas retroativamente a 03 de julho de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.967/15.

Como o impacto na arrecadação do encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes de cada distribuidora para a CDE e, para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE, que em 2016 foi de R\$ 31,3 milhões.

Em janeiro de 2016, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) também ingressou em juízo questionando alguns itens que compõem a CDE, sendo que a ANEEL determinou novas tarifas para os consumidores representados por essa Associação, deduzindo assim, no período de janeiro a setembro, o valor de R\$ 9,6 milhões.

Dada recorrência de liminares desta natureza, a ANEEL emitiu em 14 de junho de 2016 o Despacho nº 1.576/16, que normatiza o tratamento a ser dado pelas distribuidoras no caso de surgirem novas liminares questionando os valores de CDE cobrados nas tarifas. Assim, nesses casos será autorizada automaticamente a dedução dos montantes a serem recolhidos para a CDE dos valores não arrecadados devido às liminares obtidas por esses clientes, respeitando a neutralidade tarifária.

### 4.5. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados mensalmente pela ANEEL através de despachos, tendo entrado o sistema em vigor a partir de janeiro de 2015.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como finalidade indicar ao consumidor se a energia terá um custo mais elevado, em função das condições de geração de energia elétrica, e, de maneira complementar à Revisão Tarifária Extraordinária, visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, cobrindo custos adicionais de geração térmica, Encargo de Serviços de Sistema – ESS, risco hidrológico e os custos com compra de energia no mercado de curto prazo devido à exposição involuntária das distribuidoras. As variações de custos remanescentes, não cobertos pelo mecanismo das Bandeiras Tarifárias, são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste ou Revisão Tarifária. Do mesmo modo, receitas provenientes de Bandeira Tarifária superiores às necessidades da companhia são registradas na CVA passiva para devolução no próximo Reajuste Tarifário ou Revisão Tarifária, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha nos montantes de R\$ 30/MWh para janeiro e fevereiro, R\$55/MWh para o período de março a agosto, e R\$45/MWh a partir de setembro. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública nº 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de Bandeira Tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo na tarifa de energia. Dessa forma, em janeiro de 2016 foi aplicada a bandeira vermelha no valor de R\$45/MWh, em fevereiro a bandeira vermelha – patamar 1 no valor de R\$30/MWh, e em março a bandeira amarela no valor de R\$15/MWh. A partir de abril de 2016, devido às condições hídricas mais favoráveis para a geração de energia, passou a vigorar a bandeira verde, na qual não há acréscimos no MWh distribuído, e que se manteve até setembro de 2016.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é administrar os recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias, apurar as variações entre o total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição e realizar uma redistribuição entre todos os agentes dos efeitos desta arrecadação. No período de janeiro a setembro de 2016, o montante de Bandeiras Tarifárias, recebido através do faturamento das contas de energia pela Elektro, foi de R\$ 121,4 milhões (R\$ 413,6 milhões em 30 de setembro de 2015).

### 4.6. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A ANEEL, no final de 2014, com o objetivo de equalizar os custos da energia comprada pelas empresas distribuidoras de energia, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o montante recebido pela Elektro foi maior do que a necessidade de compra da Companhia, fato este que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor de distribuição, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, também contribuiu para que as empresas apresentem um cenário de exposição. Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Elektro vem realizando acordos nos termos desta resolução não apenas para contratos de suprimento imediato, mas também para aqueles de suprimento futuro, com o propósito de mitigar os impactos da sobrecontratação.

Outro aspecto relacionado ao tema são os baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado, o que gerou um aumento na migração de clientes para o ambiente livre. Originalmente, a parcela de energia correspondente aos consumidores que migraram na condição de clientes especiais (clientes com demanda contratada entre 0,5 e 3 MW) não podia ser deduzida do total de energia contratada pelas distribuidoras, o que contribuiu para a sobrecontratação.

Diante deste cenário, em 21 de junho de 2016, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 726/2016, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a dedução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. O reconhecimento da sobrecontratação involuntária dos montantes que não puderam ser deduzidos deverá ser tratado individualmente por cada distribuidora com a ANEEL, que irá avaliar cada caso. Essas alterações representam um avanço nas discussões das distribuidoras junto ao regulador, que tem atuado em busca de um tratamento adequado quanto à mitigação dos impactos nas distribuidoras.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

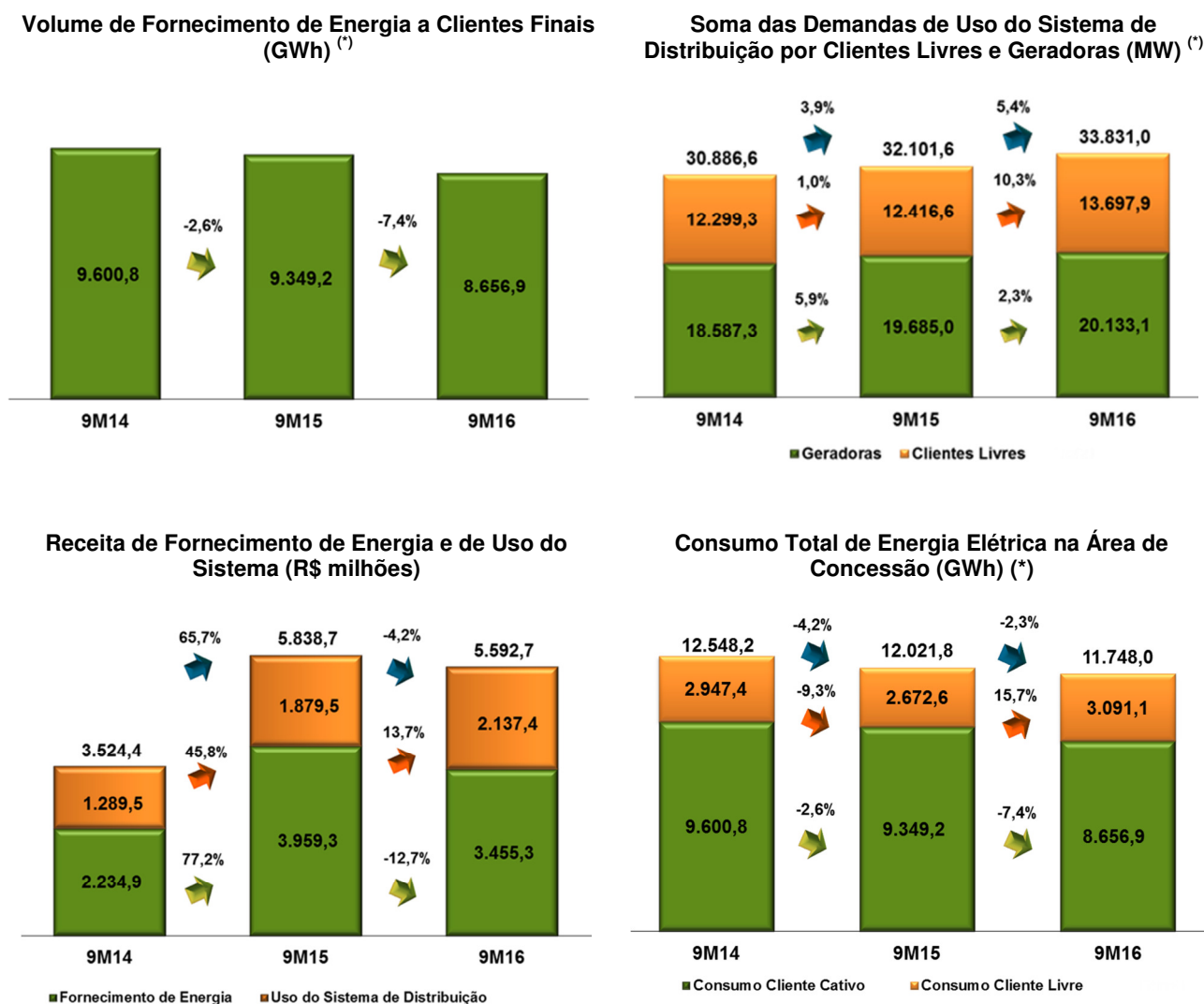
Em julho de 2016, a CCEE anunciou que iria realizar o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) para contratos de energia nova entre distribuidoras e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses agentes. Em agosto de 2016 foi realizado um 2º processamento desse mecanismo, dessa vez com a participação da usina de Belo Monte, o que permitiu que um maior volume de energia fosse realocado. A participação nestes dois MCSDs auxiliou na mitigação de parte da energia sobrecontratada da Elektro para o ano de 2016. Em outubro de 2016, será realizado mais um processamento do MCSD de energia nova pela CCEE. Nesta rodada, poderão participar um conjunto de usinas que foram impedidas de participar nos eventos anteriores. Desta forma, existe expectativa de que outra parcela da sobrecontratação das distribuidoras seja endereçada.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL emitiu o Decreto nº 8.828/16 que desobriga as distribuidoras sobrecontratadas de penalidades caso elas não contratem energia para o montante de reposição dos contratos que estão para expirar. Essa medida também auxilia na mitigação da sobrecontratação, e seus efeitos para a Elektro poderão ser observados a partir de 2017.

Considerando todos os mecanismos de mitigação citados acima, a Companhia conseguiu endereçar a maior parte do volume de energia sobrecontratado para o ano de 2016 e tem até o encerramento do ano para concluir todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

### 5. DESEMPENHO COMERCIAL

#### 5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh (*)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var. %
Residencial	3.180,0	3.160,7	0,6%
Industrial	2.021,3	2.624,2	-23,0%
Comercial	1.806,9	1.889,0	-4,3%
Rural	700,3	719,4	-2,6%
Poder Público	232,2	235,6	-1,5%
Iluminação Pública	362,9	354,0	2,5%
Serviços Públicos	353,3	366,4	-3,6%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>8.656,9</b>	<b>9.349,2</b>	<b>-7,4%</b>
<b>Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (Finais + Livres)</b>			
	<b>11.748,0</b>	<b>12.021,8</b>	<b>-2,3%</b>
Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW (*)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>33.831,0</b>	<b>32.101,6</b>	<b>5,4%</b>
Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015 <sup>(3)</sup>	Var. %
Residencial	1.430,5	1.433,1	-0,2%
Industrial	839,4	1.098,0	-23,6%
Comercial	798,7	835,1	-4,4%
Rural	182,4	198,8	-8,2%
Poder Público	91,9	96,2	-4,5%
Iluminação Pública	91,0	98,5	-7,6%
Serviços Públicos	138,9	143,4	-3,1%
Receita não Faturada <sup>(2)</sup>	(117,4)	56,2	-309,0%
<b>Total de Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>3.455,3</b>	<b>3.959,3</b>	<b>-12,7%</b>
Uso do Sistema de Distribuição	R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015 <sup>(3)</sup>	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>2.137,4</b>	<b>1.879,5</b>	<b>13,7%</b>
<b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b>	<b>5.592,7</b>	<b>5.838,7</b>	<b>-4,2%</b>

\* Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.<sup>(2)</sup> Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Resultados negativos representam redução na carga de energia, em relação a dezembro do ano anterior.<sup>(3)</sup> Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

De janeiro a setembro de 2016, a Elektro forneceu 8.656,9 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 7,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (9.349,2 GWh). Se analisarmos a área de concessão, considerando os clientes livres e cativos, a redução é suavizada para 2,3%. O atual cenário econômico tem contribuído para a redução do consumo de energia elétrica no País.

A classe com a maior redução de consumo foi a industrial, com 23,0% de queda no acumulado até setembro de 2016, consequência do cenário de retração econômica. Se considerarmos o consumo de clientes industriais cativos e livres, essa variação é atenuada para 5,8%, inferior à redução da Produção Industrial de 8,2% (no acumulado até agosto de 2016), segundo dados do IBGE. A migração de clientes cativos para o mercado livre foi intensificada pela redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL), que acompanhou a tendência de preços do mercado de energia, sem efeito na margem operacional da distribuidora, uma vez que esses clientes passam a consumir apenas a tarifa de fio (receita pelo uso do sistema de distribuição).

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

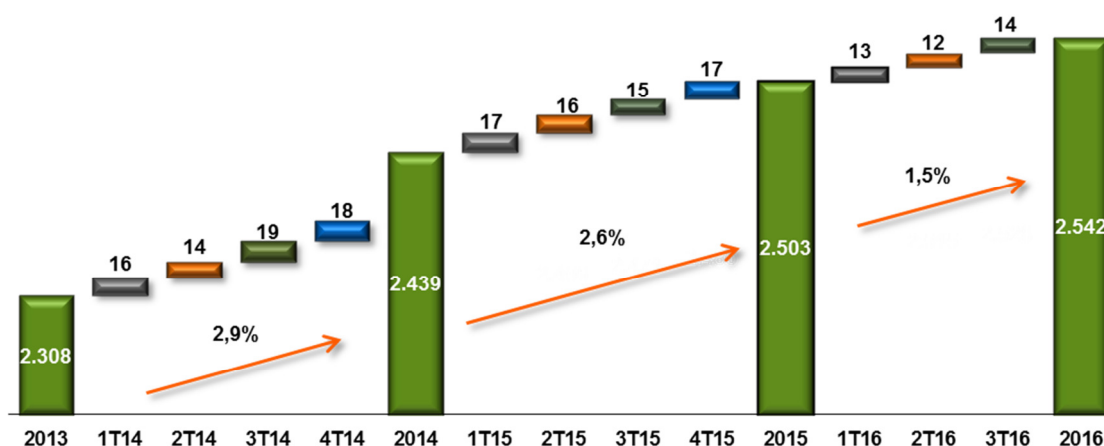
A classe residencial apresentou ligeiro crescimento no consumo acumulado até setembro, registrando aumento de 0,6% quando comparado ao mesmo período de 2015, reflexo do crescimento vegetativo dessa classe de consumo.

Assim como em outras classes de consumo, o desaquecimento da economia refletiu na redução do consumo da classe comercial de 4,3% nos primeiros nove meses de 2016, abaixo do resultado do IBGE que, até julho de 2016, registrou decréscimo de 9,4% (comércio varejista ampliado). Outro fator que reduziu o consumo cativo foi à migração de clientes para o mercado livre. Considerando o consumo de clientes comerciais livres, a redução é suavizada para 2,0%, se comparado ao acumulado até setembro de 2015.

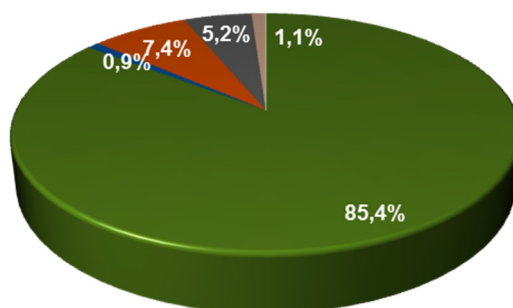
O alto índice pluviométrico registrado ao longo deste ano, na área de concessão da Elektro, que consequentemente reduziu a necessidade da utilização do sistema de irrigação, impactou fortemente na redução de 2,6% do consumo rural, no período de janeiro a setembro deste ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Se considerado o consumo de clientes cativos e livres essa redução seria atenuada para 1,4%.

Em setembro de 2016, a Elektro registrou 2.542 mil consumidores cativos, representando incremento de cerca de 39 mil novos clientes durante este ano. No mercado livre atendemos 230 clientes em relação a 117 atendidos no mesmo período do ano anterior.

**Evolução do Número de Clientes (\*)**  
(milhares)



**Segmentação dos Clientes (\*)**  
(Total: 2,5 milhões)



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

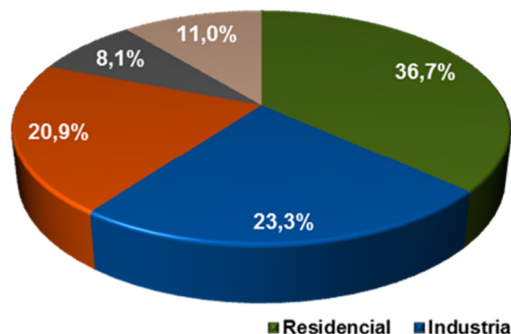
## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

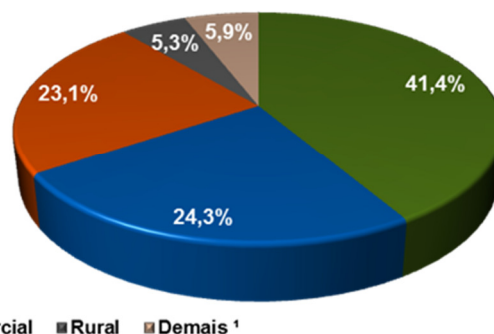
### 5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a setembro de 2016:

**Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (8.656,9 GWh) <sup>(\*)</sup>**



**Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 3.455,3 milhões)**



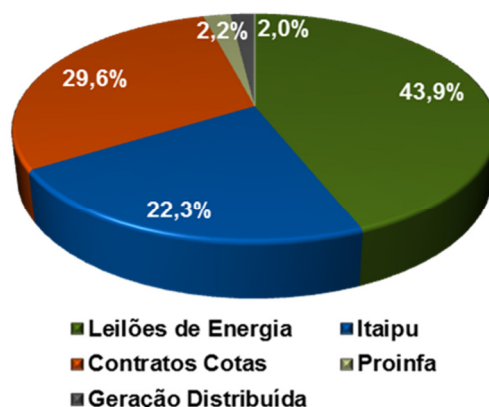
(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.  
(†) Inclui receita não faturada a clientes finais.

### 5.3. Contratos de Compra de Energia

Durante os nove primeiros meses de 2016, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro foi realizado por (i) 43,9% em de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 22,3% pela energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 29,6% de fontes oriundas de Contratos de Cotas (decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13), (iv) 2,2% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e (v) 2,0% provenientes de outras fontes.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro entre janeiro e setembro de 2016.

**Contratos de Compra de Energia (10.124,1 GWh) <sup>(\*)</sup>**



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

## 6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	30/09/2016	30/09/2015 <sup>(2)</sup>	30/09/2016 vs 30/09/2015	
		Reapresentado	△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	3.455,3	3.959,3	(503,9)	-12,7%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	2.137,4	1.879,5	257,9	13,7%
Receita de construção	265,5	213,5	52,0	24,4%
Valores a Receber/(Devolver) de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(500,7)	518,5	(1.019,1)	-196,6%
Outras Receitas	571,7	410,0	161,7	39,4%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>5.929,2</b>	<b>6.980,7</b>	<b>(1.051,4)</b>	<b>-15,1%</b>
Deduções às Receitas Operacionais	(2.361,4)	(2.453,3)	91,9	-3,7%
Deduções por Bandeiras Tarifárias	(118,7)	(381,7)	263,0	-68,9%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.449,1</b>	<b>4.145,7</b>	<b>(696,6)</b>	<b>-16,8%</b>
Energia Comprada para Revenda	(2.204,1)	(2.830,2)	626,1	-22,1%
Custo de Construção	(265,5)	(213,5)	(52,0)	24,4%
<b>Margem Operacional Líquida</b>	<b>979,5</b>	<b>1.102,0</b>	<b>(122,5)</b>	<b>-11,1%</b>
Gastos e Despesas Operacionais	(490,1)	(474,0)	(16,1)	3,4%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>360,1</b>	<b>507,3</b>	<b>(147,2)</b>	<b>-29,0%</b>
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>489,4</b>	<b>628,0</b>	<b>(138,6)</b>	<b>-22,1%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(105,1)</b>	<b>(91,7)</b>	<b>(13,4)</b>	<b>14,6%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>163,3</b>	<b>267,8</b>	<b>(104,5)</b>	<b>-39,0%</b>

<sup>(1)</sup> O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) consiste no lucro líquido (R\$ 163,3 milhões em 30 de setembro de 2016) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 105,1 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 91,7 milhões) e depreciação e amortização de 30 de setembro de 2016 (R\$ 129,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

<sup>(2)</sup> Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração subsequente de constituições e amortizações de Ativos e Passivos Regulatórios (variações nos itens de Parcela A em relação às tarifas homologadas) ocorrem sempre na linha de Receita Operacional (Valores a Receber / Devolver de Parcela A), independentemente de sua origem. Uma vez que os itens de Parcela A podem ser apresentados tanto como Receita Operacional ou como Custo de Energia, a depender de sua natureza, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Dessa forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado pela Margem Operacional Líquida, de modo a evitar estas distorções.

A Margem Operacional Líquida registrou R\$ 979,5 milhões nos primeiros nove meses de 2016, com redução de 11,1% em relação ao mesmo período de 2015, impactado principalmente por dois fatores:

- Redução de 2,3% do mercado total, decorrente de: (i) desaceleração da produção industrial; (ii) retração do mercado de trabalho e conseqüente diminuição de renda; e (iii) efeito do incremento nas tarifas em anos anteriores sobre o consumo, e
- Compartilhamento com o consumidor de eficiências de custos gerenciáveis (Parcela B), conquistadas na revisão do último ciclo tarifário, ocorrida em agosto de 2015.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 490,1 milhões nos nove primeiros meses de 2016, frente a R\$ 474,0 milhões no mesmo período de 2015, uma variação de 3,4% no período. Este resultado demonstra a agilidade da Companhia para se adequar à atual realidade econômica do País e continuar sua busca por eficiência, uma vez que seus custos operacionais gerenciáveis estão abaixo da inflação do período.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 489,4 milhões, com redução de R\$ 138,6 milhões em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 628,0 milhões), devido aos efeitos descritos acima.

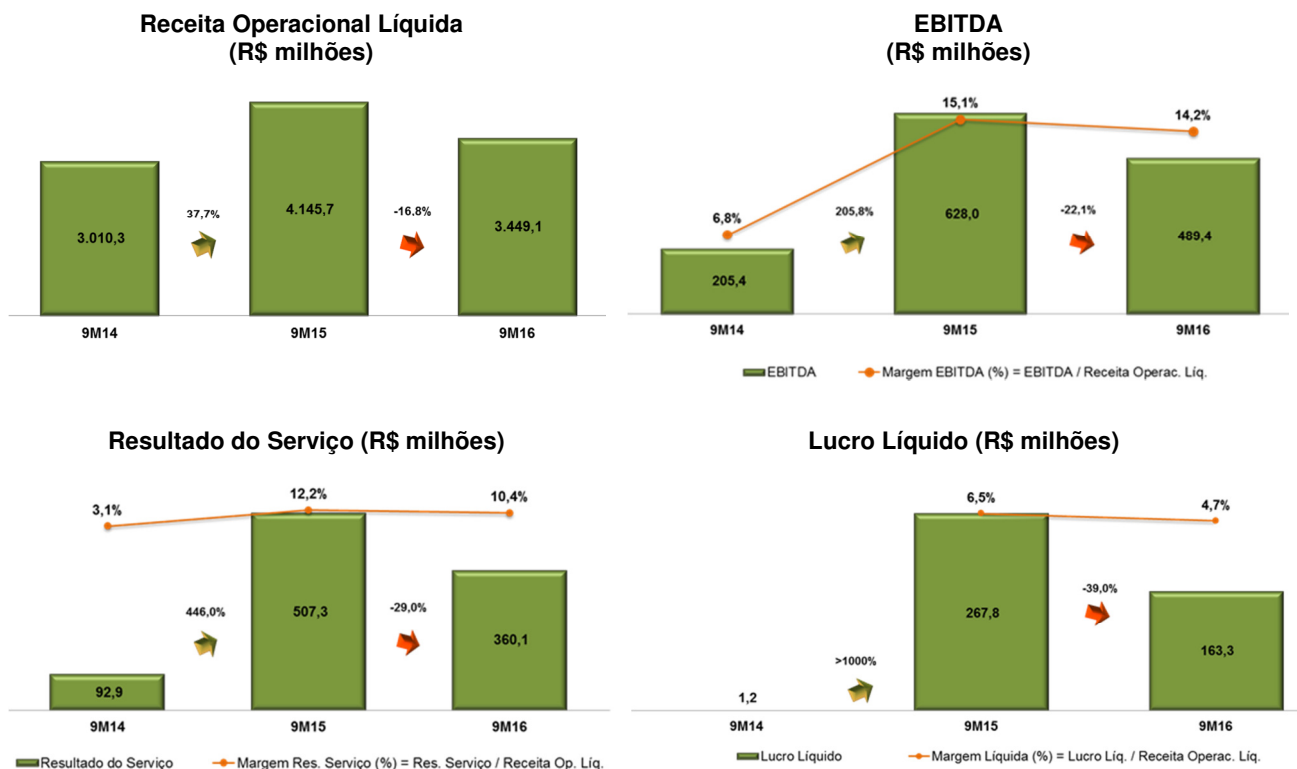
Nos meses de janeiro a setembro de 2016, a Elektro apresentou Despesa Financeira Líquida de R\$ 105,1 milhões, R\$ 13,4 milhões acima do mesmo período do ano anterior, principalmente pela (i) incidência de Pis/Cofins sobre Receita Financeira, que entrou em vigor em 1º de julho de 2015, (ii) atualização monetária de itens específicos dos valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros, iniciada em agosto de 2015 e (iii) maior saldo médio da dívida, após novas captações realizadas entre novembro de 2015 e julho de 2016 a custos significativamente abaixo das condições de mercado, este último mais do que compensado pela maior receita com aplicações financeiras, além do (iv) incremento nas receitas com

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

encargos sobre contas de energia elétrica recebidas em atraso. Durante o ano, a Elektro continuou com sua gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 163,3 milhões no período, R\$ 104,5 milhões abaixo do resultado de setembro de 2015 (R\$ 267,8 milhões).



### 6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 28 de janeiro de 2016 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 98,3 milhões (líquido de imposto de renda retido na fonte) de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizado em 27 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 20 de abril de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos, referente ao resultado de 2015 no montante total de R\$ 72,6 milhões, conforme proposta deliberada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016. Os dividendos foram pagos em uma única parcela, em 2 de maio de 2016.

Em 13 de julho de 2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição aos acionistas de Dividendos Intermediários para exercício de 2016 no montante de R\$ 104,4 milhões, cujo pagamento acontece em três parcelas iguais, sendo 31 de agosto, 31 de outubro e 29 de dezembro de 2016.

Em 14 de outubro de 2016, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio para o exercício social de 2016 no montante de R\$ 138,7 milhões, o qual será pago conforme disponibilidade de caixa, precedido de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

**Comentário do Desempenho****Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016****7. ESTRUTURA DE CAPITAL**

30/09/2016	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
<b>Empréstimos com Terceiros, líquidos de instrumentos derivativos (Swap)</b>				
Debêntures	199,3	667,1	866,4	34,4%
BNDES Finem / Finame	74,4	370,7	445,0	17,6%
Eletrobrás	12,8	40,8	53,6	2,1%
Finep	12,5	21,3	33,8	1,3%
BEI	61,1	556,8	617,9	24,5%
Moeda Estrangeira (4131)	239,6	426,1	665,6	26,4%
Resultado do <i>Swap</i>	(18,4)	(154,1)	(172,5)	-6,8%
Arrendamento mercantil	3,9	8,3	12,1	0,5%
<b>Total da Dívida</b>	<b>585,1</b>	<b>1.936,8</b>	<b>2.521,9</b>	<b>100,0%</b>
<b>Perfil da Dívida</b>	<b>23%</b>	<b>77%</b>	<b>100%</b>	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup>			(955,1)	
<b>Endividamento Líquido</b>			<b>1.566,8</b>	

<sup>(1)</sup> Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou o período de janeiro a setembro de 2016 com endividamento líquido de R\$ 1.566,8 milhão (19,2% abaixo da posição encerrada em 31 de dezembro de 2015, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.939,2 milhão), resultado do endividamento total de R\$ 2.521,9 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 955,1 milhão. A dívida de curto prazo corresponde a 23% do endividamento total.

No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20,0 milhões, referente ao contrato de financiamento firmado em 2015 junto ao BNDES, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. O montante total liberado desde a assinatura do contrato foi de R\$ 130,0 milhões.

Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos da Eletrobras. Esta primeira liberação, no valor de R\$ 6,1 milhões, correspondente a 70% do valor do contrato.

Depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI) em dezembro de 2015, a Elektro obteve, em julho de 2016, o desembolso da primeira parcela no montante de R\$ 180,2 milhões. A operação possui prazo de vencimento de 11 anos, com pagamento de juros semestrais e três anos de carência para pagamento do principal. Na mesma data, foi contratada uma operação de "Swap" com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI) com um custo final de 76,5% do CDI.

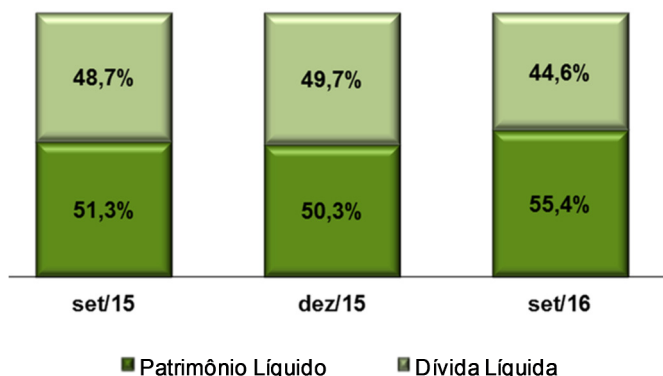
Ao longo dos nove primeiros meses de 2016, a Elektro realizou a amortização de contratos de empréstimos e financiamentos, que totalizaram R\$ 455,4 milhões, atrelados (i) ao financiamento via Lei nº 4131, junto ao banco HSBC (R\$ 150,0 milhões em junho); (ii) 1ª e 2ª séries da 5ª emissão de debêntures (R\$ 125,1 milhões em agosto); (iii) 1ª série da 6ª emissão de debêntures (R\$ 110,0 milhões em setembro); e (iv) outros contratos com BNDES, Eletrobras e FINEP (R\$ 70,3 milhões).

Em setembro de 2016, a Companhia apresentou alavancagem de 44,6%, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros, com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

**Comentário do Desempenho**

**Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016**

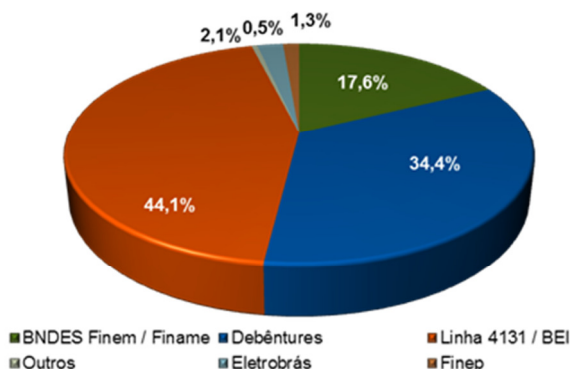
**Estrutura de Capital**  
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



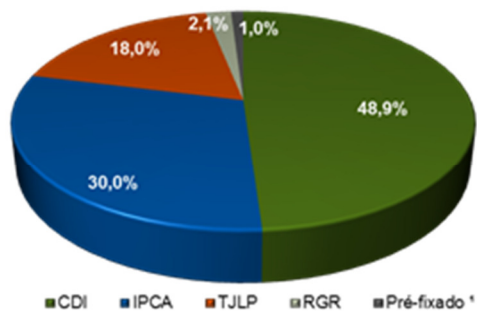
Em 30 de setembro de 2016, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

**Modalidade do Financiamento**

(Total: R\$ 2.521,9 milhões)



**Indexação**



<sup>1</sup> Consideram recursos da FINEP sem indexação.

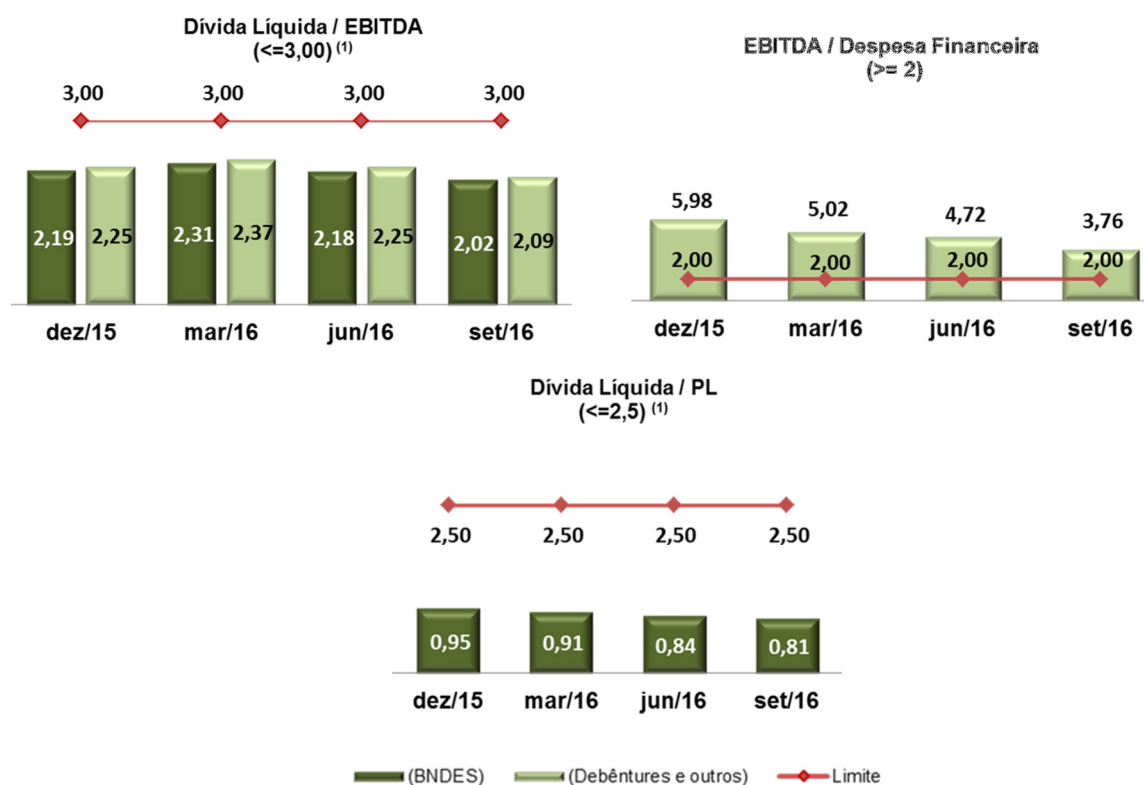
## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

### 7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos contratos financeiros.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



<sup>(1)</sup> BNDES. Para este contrato, a definição de EBITDA contempla a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 21 de julho de 2016, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAA-'. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAA-'.

A Elektro continua apresentando o melhor *rating* possível que uma empresa regulada poderia ter na escala de crédito nacional.

## 9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a variações cambiais ou de taxas de juros.

A Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013. Em junho de 2016, a companhia assinou novo contrato de *swap* vinculado ao primeiro desembolso do novo contrato de financiamento junto o BEI (assinado em dezembro de 2015), cujo desembolso ocorreu em 1º de julho de 2016, no montante de R\$ 180,2 milhões.

Adicionalmente, são mantidos R\$ 172,5 milhões em *swap* vinculados a financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131 e junto ao BEI). Tais *swaps* têm como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos,

**Comentário do Desempenho****Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016**

resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia e devidamente reconhecidos como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

**10. FLUXO DE CAIXA**

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		
	30/09/2016	30/09/2015	Variação do período
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>163,3</b>	<b>267,8</b>	<b>(104,5)</b>
Depreciação e outras amortizações	129,3	120,7	8,6
Juros e variação monetária e cambial	262,6	253,1	9,5
Outros	156,2	123,6	32,6
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>548,1</b>	<b>497,4</b>	<b>50,7</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>711,4</b>	<b>765,2</b>	<b>(53,8)</b>
Variação do Capital de Giro Operacional	152,1	(380,0)	532,1
<b>Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b>	<b>863,5</b>	<b>385,2</b>	<b>478,3</b>
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(265,5)	(213,5)	(52,0)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	26,9	14,3	12,6
Caução de fundos e depósitos vinculados	4,2	5,2	(1,0)
<b>Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento</b>	<b>(234,4)</b>	<b>(194,0)</b>	<b>(40,4)</b>
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(457,5)	(82,3)	(375,2)
Captação de empréstimos e debêntures	206,1	410,6	(204,5)
<b>Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>	<b>(251,4)</b>	<b>328,4</b>	<b>(579,8)</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(205,7)	(395,5)	189,8
<b>Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos</b>	<b>(457,1)</b>	<b>(67,2)</b>	<b>(389,9)</b>
<b>Geração (Consumo) Líquido de Caixa</b>	<b>172,0</b>	<b>124,0</b>	<b>48,0</b>
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	785,1	578,6	206,5
<b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>	<b>957,1</b>	<b>702,6</b>	<b>254,5</b>

A Geração de Caixa Operacional líquida de impostos e juros somou R\$ 863,5 milhões nos primeiros nove meses de 2016, R\$ 478,3 milhões maior em relação ao mesmo período de 2015, motivada principalmente por: (i) menor custo médio de energia praticado em relação às tarifas homologadas no último Reajuste Tarifário, (ii) recebimentos de Bandeira Tarifária acima da cobertura tarifária e (iii) redução do encargo de CDE em relação aos valores homologados na tarifa.

Ao longo dos últimos nove meses, a Companhia efetuou Investimentos líquidos de R\$ 234,4 milhões, principalmente focados em expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, R\$ 40,4 milhões acima do registrado no mesmo período de 2015, em decorrência do ajuste no cronograma de execução de obras para 2016.

As atividades de Financiamento do período consumiram R\$ 251,4 milhões, resultado líquido da amortização de R\$ 457,5 milhões de dívidas e arrendamento mercantil que venceram entre janeiro e setembro de 2016, atrelado a captação de R\$ 206,1 milhões. Já no mesmo período de 2015, as captações somaram R\$ 415,6 milhões e as amortizações somaram R\$ 79,8 milhões. Vide detalhes no item 7 – Estrutura de Capital.

Nos primeiros nove meses de 2016, o montante de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos totalizou R\$ 205,7 milhões (R\$ 189,8 milhões abaixo dos pagamentos realizados nos nove primeiros meses de 2015).

A Geração Líquida de Caixa resultante destes efeitos foi de R\$ 172,0 milhões, R\$ 48,0 milhões acima do mesmo período de 2015, desta forma, o saldo Disponível de Caixa em 30 de setembro de 2016, considerando as variações ao longo dos nove primeiros meses do ano, foi de R\$ 957,1 milhões.

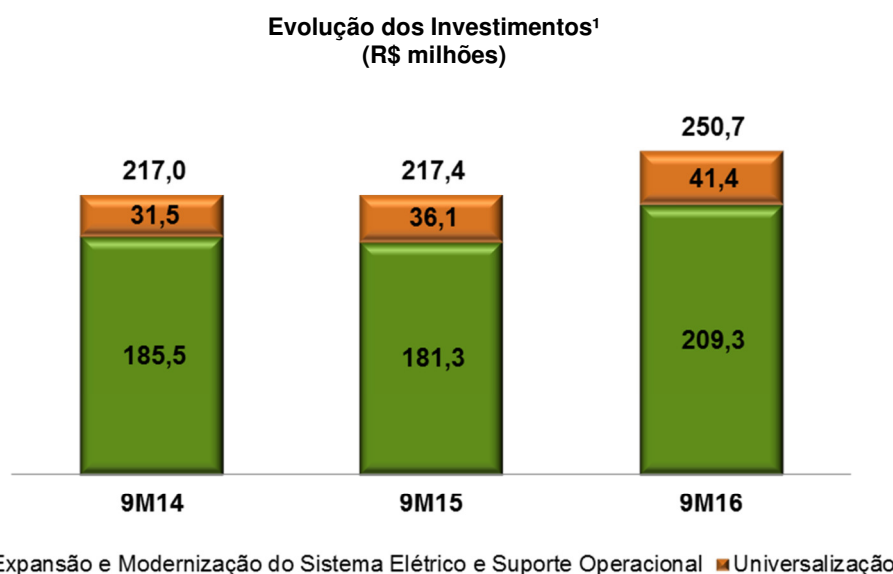
## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

### 11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Nos nove primeiros meses de 2016, a Elektro investiu R\$ 265,2 milhões, dos quais R\$ 14,5 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um aumento de 16,7% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 227,3 milhões, dos quais R\$ 9,9 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).

Os investimentos realizados no período foram superiores aos investimentos dos nove meses do ano de 2015, mesmo assim, estão aderentes ao planejamento para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.



<sup>(1)</sup> Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos foram:

- (i) R\$ 209,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
  - (a) R\$ 119,5 milhões foram investidos em novas ligações e expansão de subestações e de linhas de transmissão;
  - (b) R\$ 69,4 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
  - (c) R\$ 14,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
  - (d) R\$ 6,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.
- (ii) R\$ 41,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - (a) R\$ 39,6 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA; e
  - (b) R\$ 1,8 milhão referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 322 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

### 12. DESEMPENHO OPERACIONAL

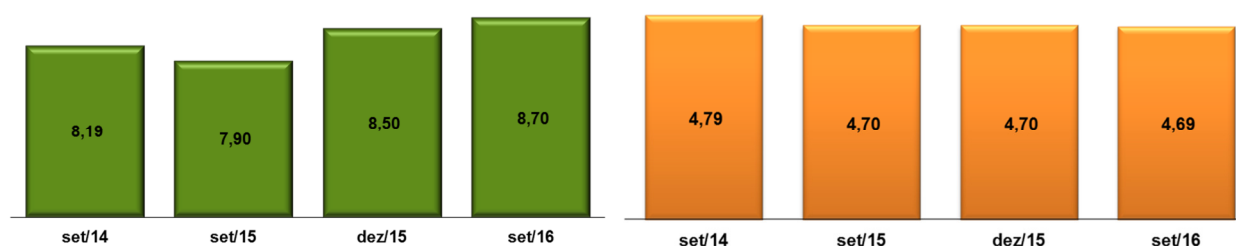
#### 12.1. DEC e FEC

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em setembro de 2016, está influenciado pela ocorrência de diversas tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no último trimestre de 2015 e pelas tempestades fora de época, ocorridas entre abril e junho de 2016, bem como pelas tempestades em setembro de 2016. As atipicidades climáticas verificadas foram causadas pelo fenômeno atmosférico 'El niño' que atuou na América do Sul no final de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

Para o indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em setembro de 2016, este resultado apresenta melhora em relação aos mesmos períodos de 2014 e 2015, uma vez que está diretamente relacionado à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

**DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) (\*)**      **FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) (\*)**



Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Casos considerados, os indicadores DEC e FEC de 30/09/2014 seriam 11,68 e 6,08, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2015 seriam 11,74 e 6,00, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2015 seriam 14,39 e 6,52, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/09/2016 seriam 13,88 e 6,02, respectivamente.

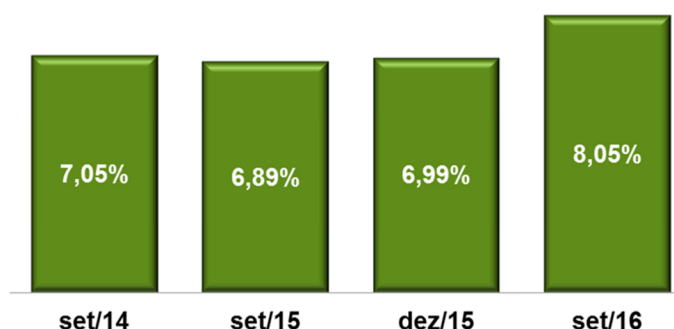
Devido ao prazo de apuração definitiva dos indicadores operacionais DEC e FEC de setembro de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados podem apresentar pequenas variações.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

#### 12.2. Perda de Distribuição

Em setembro de 2016, as perdas de distribuição apresentaram elevação quando comparadas ao mesmo período de 2015, registrando índice de 8,05% em função, principalmente, do descasamento do faturamento dos clientes cativos que migraram para o ambiente de contratação livre e pela sazonalidade da carga.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 1,90% em setembro de 2016. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de setembro de 2015 seria 8,73% e de setembro de 2016 seria de 9,95%.

**Comentário do Desempenho****Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016****Perdas de Distribuição (\*)****Notas:**

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (i) A partir de dezembro de 2015, Companhia passou a publicar o Índice de Perdas apurado segundo metodologia utilizada pelo Agente Regulador (ANEEL), considerando a relação direta com os resultados operacionais, bem como a possibilidade de comparação com referenciais amplamente empregados no setor elétrico. A Administração entende que este método de cálculo é mais apropriado para demonstrar o desempenho do indicador de Perdas.
- (ii) Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de setembro de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados.
- (iii) O método de cálculo das perdas considera uma média móvel de 12 meses.

**13. RECONHECIMENTOS****Melhor Empresa Para Trabalhar no Setor de Energia (GUIA VOCÊ S/A)**

A Elektro foi consagrada, em 03 de outubro, a Melhor Empresa do Setor de Energia pelo GUIA VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, realizado em parceria com a FIA (Fundação Instituto de Administração). Na mesma cerimônia, também foi reconhecida com o prêmio de Destaque em Liderança.

A pesquisa avalia o Índice de Felicidade do Trabalhador (IFT) e as melhores práticas e políticas de gestão de pessoas, relacionadas às vertentes de Estratégia e Gestão, Liderança, Desenvolvimento, Carreira, Benefícios e Remuneração, Saúde e Qualidade de Vida e Cidadania Empresarial. Para conquistar esta classificação, os colaboradores responderam de forma voluntária, sigilosa e anônima a um questionário sobre o ambiente de trabalho.

**A Melhor Empresa para Trabalhar no País (GPTW)**

Em 15 de agosto, a Elektro foi considerada, pela quarta vez consecutiva (2013, 2014, 2015 e 2016), a Melhor Empresa para Trabalhar no País pela pesquisa Great Place to Work, na categoria Grande Porte (com mais de 1.000 funcionários). A premiação, que ocorreu em São Paulo, reuniu as 150 companhias de maior destaque em gestão de pessoas. Nessa mesma ocasião, a Elektro também conquistou o título de Melhor Empresa do Setor de Serviços.

**Distribuidora de energia que mais gera valor para seus públicos**

Em 20 de julho e, pelo segundo ano consecutivo, a Elektro foi campeã no *ranking* Mais Valor Produzido – Utilidades e Concessões, realizado pela consultoria DOM Strategy Partners. O panorama, que aponta as empresas dos setores que mais geram e protegem valor não apenas para si, mas também para seus clientes, consumidores, acionistas, funcionários e sociedade, constatou que Governança Corporativa foi o ativo mais lembrado pelos diferentes públicos da distribuidora de energia durante o levantamento da pesquisa.

Dos 62 ativos mensurados pela consultoria, a Elektro teve destaque nos quesitos Eficácia da Estratégia Corporativa, Resultados Gerados, Crescimento Evolutivo, Valor das Marcas, Qualidade de Relacionamento com Clientes, Governança Corporativa, Sustentabilidade, Gestão de Talentos, Cultura Corporativa, Inovação, Conhecimento, Grau de Transformação e Uso das Tecnologias Digitais. Ao final da avaliação, a Elektro atingiu a nota 8,19, dezesseis décimos a mais do que em 2015.

## Comentário do Desempenho

Resultado em 30 de setembro de 2016  
14 de outubro de 2016

---

### Prêmio “Cidade das Árvores”

Em 02 de junho, a Elektro recebeu o Prêmio “Cidade das Árvores” da Prefeitura Municipal de Araras pela preocupação na preservação ambiental, se empenhando na conscientização, proteção e recuperação do meio ambiente com o Projeto “Cuida Colmeia”.

### Prêmio Abradee

No dia 22 de junho, em Brasília, a Elektro recebeu dois importantes troféus no Prêmio Abradee 2016. Na 18ª edição da tradicional premiação do setor, a empresa foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica nas categorias: Gestão Operacional e Região Sudeste. Esta é 10ª vez em que a Elektro é vencedora na categoria Sudeste e a 11ª da Gestão Operacional. A premiação anual é um reconhecimento às distribuidoras de energia elétrica que mais se destacam no cenário nacional.

### A Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina

Pelo segundo ano consecutivo, a Elektro recebeu o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina pelo Great Place to Work. O evento foi realizado dia 19 de maio de 2016, em Cancún, no México.


A Elektro foi destaque entre 20 países e se sagrou campeã em um ranking composto por outras 1.525 empresas, a maioria de países vizinhos. A pesquisa avaliou os mesmos dados da pesquisa de clima organizacional realizada pelo instituto anualmente, na qual a Elektro recebeu em 2013, 2014 e 2015 o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil.

---

Mais informações sobre a Elektro

#### Relações com Investidores

[ri.elektro.com.br](http://ri.elektro.com.br)

 (+55 19) 2122-1487

 [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>2.476.524</b>	<b>3.033.999</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	957.123	785.146
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	6	1.000.511	1.138.256
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	173.431	625.146
Tributos a compensar	8	63.533	81.257
Instrumentos financeiros derivativos	13	18.394	134.494
Subsídios Tarifários	9	208.283	232.535
Outros créditos		55.249	37.165
<b>Não circulante</b>		<b>4.061.981</b>	<b>4.368.364</b>
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	6	9.710	15.862
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	156.802	323.059
Tributos a compensar	8	61.502	84.060
Instrumentos financeiros derivativos	13	154.080	373.808
Depósitos judiciais	10	124.723	111.260
Tributos diferidos	26	657.981	707.771
Outros créditos		42.622	48.631
Ativo indenizável (concessão)	11.1	1.039.460	907.123
Ativo intangível	11.2	1.804.532	1.783.296
Imobilizado		10.569	13.494
<b>Total do ativo</b>		<b>6.538.505</b>	<b>7.402.363</b>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	30/09/2016	31/12/2015
			Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>1.990.227</b>	<b>2.347.901</b>
Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	368.051	586.330
Empréstimos e financiamentos	13	404.180	422.288
Debêntures	14	199.342	259.061
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	7	352.261	271.483
Tributos a recolher	15	157.827	222.941
Encargos do consumidor	9	281.531	335.364
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	69.610	98.279
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	58.260	60.813
Obrigações P&D e eficiência energética	18	43.368	40.085
Outros passivos		55.797	51.257
<b>Não circulante</b>		<b>2.598.165</b>	<b>3.092.017</b>
Empréstimos e financiamentos	13	1.423.814	1.738.171
Debêntures	14	667.077	817.478
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	7	215.481	263.822
Obrigações P&D e eficiência energética	18	19.166	17.382
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	255.658	239.719
Outros passivos		16.969	15.445
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.950.113</b>	<b>1.962.445</b>
Capital social	21.1	952.492	952.492
Reservas de capital	21.2	765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Dividendos adicionais proposto		-	72.649
Lucros acumulados		60.317	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.538.505</b>	<b>7.402.363</b>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Demonstração de resultados para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	3º Trimestre 2016	Acumulado 2016	3º Trimestre 2015	Acumulado 2015
				Reapresentado	Reapresentado
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	22	<b>1.158.343</b>	<b>3.449.131</b>	<b>1.244.339</b>	<b>4.145.715</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(872.992)</b>	<b>(2.635.395)</b>	<b>(937.634)</b>	<b>(3.259.789)</b>
Energia comprada para revenda	23	(740.986)	(2.204.108)	(818.374)	(2.830.226)
Custos operacionais	24	(88.672)	(301.961)	(79.874)	(308.896)
Depreciação		(973)	(2.926)	(1.040)	(3.125)
Amortização de ativo intangível	11.2	(42.361)	(126.400)	(38.346)	(117.542)
Custo de construção		(103.579)	(265.520)	(69.067)	(213.525)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>181.772</b>	<b>548.216</b>	<b>237.638</b>	<b>672.401</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(58.838)</b>	<b>(188.148)</b>	<b>(77.158)</b>	<b>(165.108)</b>
Despesas com vendas	24	(5.857)	(17.664)	(5.913)	(16.315)
Despesas gerais e administrativas	24	(19.772)	(57.591)	(17.038)	(56.557)
Outras despesas operacionais líquidas	24	(33.209)	(112.893)	(54.207)	(92.236)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>122.934</b>	<b>360.068</b>	<b>160.480</b>	<b>507.293</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(34.462)</b>	<b>(105.073)</b>	<b>(30.731)</b>	<b>(91.661)</b>
Receitas financeiras	25	59.867	165.411	90.323	210.289
Despesas financeiras	25	(94.329)	(270.484)	(121.054)	(301.950)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>88.472</b>	<b>254.995</b>	<b>129.749</b>	<b>415.632</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.1	(29.610)	(42.617)	(24.150)	(102.003)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.1	990	(49.066)	(20.578)	(45.817)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>59.852</b>	<b>163.312</b>	<b>85.021</b>	<b>267.812</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):</b>					
<b>Preferencial</b>		0,32282	0,88083	0,45857	1,44446
<b>Ordinária</b>		0,29347	0,80076	0,41688	1,31314

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Demonstração do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Notas	3º Trimestre 2016	Acumulado 2016	3º Trimestre 2015	Acumulado 2015
Lucro líquido do período		59.852	163.312	85.021	267.812
<b>Outros resultados abrangentes do período</b>		<b>465</b>	<b>1.403</b>	<b>867</b>	<b>2.599</b>
Efeito do limite do ativo de benefício definido	19.1	707	2.126	1.313	3.938
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	26.2	(242)	(723)	(446)	(1.339)
<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>60.317</b>	<b>164.715</b>	<b>85.888</b>	<b>270.411</b>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>		<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>330.463</b>	-	-	<b>2.220.259</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	267.812	-	267.812
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos e perdas atuariais líquidos		-	-	-	-	-	2.599	2.599
Reclassificação conforme parágrafo 122 do CPC 33 (R1)		-	-	-	-	2.599	(2.599)	-
Dividendos propostos e pagos		-	-	-	(330.463)	-	-	(330.463)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	(184.524)	-	(184.524)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2015</b>		<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>-</b>	<b>85.887</b>	<b>-</b>	<b>1.975.683</b>

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>		<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>72.649</b>	-	-	<b>1.962.445</b>
Lucro líquido do período	21.5	-	-	-	-	163.312	-	163.312
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos e perdas atuariais líquidos		-	-	-	-	-	1.403	1.403
Reclassificação conforme parágrafo 122 do CPC 33 (R1)		-	-	-	-	1.403	(1.403)	-
Dividendos propostos e pagos	21.4	-	-	-	(72.649)	-	-	(72.649)
Dividendos intermediários propostos	21.4	-	-	-	-	(104.398)	-	(104.398)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>		<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>-</b>	<b>60.317</b>	<b>-</b>	<b>1.950.113</b>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Demonstração dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do período		163.312	267.812
<b>Itens do lucro líquido que não afetam caixa</b>		<b>548.118</b>	<b>497.362</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	69.539	50.893
Juros e variações monetárias e cambiais		262.642	253.087
Depreciações e amortizações		129.326	120.667
Perda / (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		14.474	10.124
Piano de pensão	19.1	2.126	3.938
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	36.271	25.867
Tributos diferidos	26	49.067	45.817
Marcação a mercado - ativo financeiro	11.1	(55.801)	(52.139)
Programa de P&D e eficiência energética		34.265	34.943
Pagamentos baseados em ações		6.209	4.165
<b>Variações no ativo e passivo operacional</b>		<b>152.088</b>	<b>(380.013)</b>
Contas a receber		74.358	(345.325)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	7	617.972	(199.053)
Tributos a compensar	8	40.282	(14.806)
Outros créditos		(10.905)	95.711
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil)		(206.230)	(184.108)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor		(272.112)	234.818
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	7	32.437	31.455
Tributos a recolher		(22.957)	(53.731)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42.157)	99.103
Pagamento de ações judiciais e regulatórias	20	(20.332)	(15.409)
Programa de P&D e eficiência energética		(34.654)	(23.924)
Outros passivos		(3.614)	(4.744)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>863.518</b>	<b>385.161</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(234.449)</b>	<b>(194.025)</b>
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	11.1 e 11.2	(265.518)	(213.524)
Valor recebido na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		26.872	14.336
Caução de fundos e depósitos vinculados		4.197	5.163
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(457.092)</b>	<b>(67.184)</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	16	(205.717)	(395.535)
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(457.489)	(82.251)
Captação de empréstimos		206.114	410.602
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>171.977</b>	<b>123.952</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	785.146	578.648
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	957.123	702.600
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>171.977</b>	<b>123.952</b>

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Demonstração do valor adicionado para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e em 30 de junho de 2015 (em milhares de reais)

	Notas	Acumulado 2016	Acumulado 2015 Reapresentado
<b>Receitas</b>		<b>5.870.710</b>	<b>6.943.557</b>
Vendas de energia e serviços		6.164.393	6.248.683
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	22	(500.678)	518.469
Receita de construção	22	265.520	213.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	24	(61.172)	(42.156)
Outras receitas		2.647	5.036
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(2.931.235)</b>	<b>(3.582.872)</b>
Energia comprada bruta	23	(2.433.485)	(3.118.725)
Materiais	24	(27.492)	(27.404)
Serviço de terceiros	24	(100.983)	(90.657)
Custo de construção	22	(265.520)	(213.525)
Outros custos operacionais		(103.755)	(132.561)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>2.939.475</b>	<b>3.360.685</b>
Depreciação e amortização		(129.326)	(120.667)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>2.810.149</b>	<b>3.240.018</b>
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	25	165.411	210.289
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>2.975.560</b>	<b>3.450.307</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.975.560</b>	<b>3.450.307</b>
Pessoal		195.011	182.538
Impostos, taxas e contribuições		1.499.707	1.482.082
Federais		454.071	423.356
Estaduais		1.045.223	1.058.406
Municipais		413	320
Encargos setoriais e outros		847.568	1.216.152
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		269.962	301.723
Dividendos distribuídos		104.398	184.524
Lucros retidos		58.914	83.288

As notas explicativas são parte integrante destas informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

**ELEKTRO REDES S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2016**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### 1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Redes S.A. ("Elektro" ou "Companhia"), até 31 de agosto de 2016 denominada como Elektro Eletricidade e Serviços S.A., com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da Companhia e a critério da ANEEL.

As principais obrigações previstas no contrato de concessão consistem em fornecer energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à Companhia alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia (vide nota 11.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros, para os quais a legislação e a regulação garantem a neutralidade tarifária) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração/depreciação regulatória, perdas e receitas irre recuperáveis). Os mecanismos de ajuste são: o Reajuste Tarifário anual e a Revisão Tarifária ordinária a cada quatro anos.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa.

#### **Aprovação das Informações Contábeis Intermediárias**

As Informações Contábeis Intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de outubro de 2016, para divulgação na mesma data.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em particular o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. No que tange as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foi observado o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis da Companhia estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pelo divulgado na nota explicativa 2.1. Essas Informações Contábeis Intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para estas Informações Contábeis Intermediárias.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 2.1 Reapresentação

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva em seu balanço patrimonial, originalmente publicado em 19 de fevereiro de 2016 e em suas demonstrações do resultado e de valor adicionado para o período de três e nove meses, estas últimas findas em 30 de setembro de 2015 e originalmente emitidas em 27 de outubro de 2015.

Para fins de comparabilidade as mudanças efetuadas estão apresentadas a seguir:

Balança Patrimonial - Ativo	31/12/2015		
	Divulgado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>2.899.505</b>	<b>134.494</b>	<b>3.033.999</b>
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	134.494	134.494
<b>Não Circulante</b>	<b>3.994.556</b>	<b>373.808</b>	<b>4.368.364</b>
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	373.808	373.808
<b>Total do ativo</b>	<b>6.894.061</b>	<b>508.302</b>	<b>7.402.363</b>

Balança Patrimonial - Passivo	31/12/2015		
	Divulgado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>2.213.407</b>	<b>134.494</b>	<b>2.347.901</b>
Empréstimos e financiamentos (a)	287.794	134.494	422.288
<b>Não Circulante</b>	<b>2.718.209</b>	<b>373.808</b>	<b>3.092.017</b>
Empréstimos e financiamentos (a)	1.364.363	373.808	1.738.171
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.962.445</b>	<b>-</b>	<b>1.962.445</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>6.894.061</b>	<b>508.302</b>	<b>7.402.363</b>

Conciliação Demonstração do Resultado do Exercício	3º Trimestre 2015		
	Divulgado 3º Trimestre	Reclassificações	Reapresentado
Receita Operacional Líquida (b)	1.208.006	36.333	1.244.339
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(954.269)	16.635	(937.634)
Custos operacionais (c)	(96.509)	16.635	(79.874)
Lucro operacional bruto	184.670	52.968	237.638
Despesas operacionais	(60.523)	(16.635)	(77.158)
Outras despesas operacionais líquidas (c)	(37.572)	(16.635)	(54.207)
Resultado do serviço	124.147	36.333	160.480
Resultado financeiro líquido	5.602	(36.333)	(30.731)
Receita Financeira (b) / (d)	132.347	(42.024)	90.323
Despesa Financeira (d)	(126.745)	5.691	(121.054)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	129.749	-	129.749
Lucro líquido do período	85.021	-	85.021

Conciliação Demonstração do Resultado do Exercício	Acumulado 2015		
	Divulgado Acumulado	Reclassificações	Reapresentado
Receita Operacional Líquida (b)	4.093.576	52.139	4.145.715
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(3.259.789)	-	(3.259.789)
Lucro operacional bruto	620.262	52.139	672.401
Despesas operacionais	(165.108)	-	(165.108)
Resultado do serviço	455.154	52.139	507.293
Resultado financeiro líquido	(39.522)	(52.139)	(91.661)
Receita Financeira (b) / (d)	278.565	(68.276)	210.289
Despesa Financeira (d)	(318.087)	16.137	(301.950)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	415.632	-	415.632
Lucro líquido do período	267.812	-	267.812

Conciliação Demonstração do Valor Adicionado	Acumulado 2015		
	Divulgado Acumulado	Reclassificações	Reapresentado
Receitas	6.891.418	52.139	6.943.557
Vendas de energia e serviços (b)	6.196.544	52.139	6.248.683
Insumos adquiridos de terceiros	(3.582.872)	-	(3.582.872)
Valor adicionado bruto	3.308.546	52.139	3.360.685
Valor adicionado líquido	3.187.879	52.139	3.240.018
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais (b) / (d)	278.565	(68.276)	210.289
Valor adicionado a distribuir	3.466.444	(16.137)	3.450.307
Distribuição do valor adicionado	3.466.444	(16.137)	3.450.307
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais (d)	317.860	(16.137)	301.723



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

- (a) Reavaliação do Pronunciamento Técnico CPC 39 Instrumentos Financeiros: Para apresentação e melhor demonstração dos itens que compõem o endividamento financeiro que antes era apresentado líquido no passivo, a Companhia segregou a contabilização do montante a pagar referente a empréstimos em moeda estrangeira objeto de *hedge* no passivo e do valor a receber referente ao instrumento de *hedge* derivativo (*swap*) no ativo. Embora tenham sido contratados ao mesmo tempo e com o propósito específico de eliminar o risco de variação cambial (vide nota 13), esses instrumentos financeiros possuem contratos e fluxos de caixa independentes do empréstimo. Esta mudança não afeta a condição financeira, nem a capacidade de pagamento da Companhia, refere-se apenas a uma reclassificação contábil para melhor apresentação de suas Demonstrações Financeiras.
- (b) Revisão de práticas contábeis: A Companhia concluiu que o ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais apropriada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pela expectativa de fluxo de caixa dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.
- A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 da Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota 2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.
- (c) Reclassificação dos gastos com telefonia, *software* e viagens do grupo de “Outras Despesas Operacionais” para “Serviços de Terceiros” dentro de “Custos Operacionais”.
- (d) Reclassificação de receitas com atualizações monetárias e cambiais para apresentação líquida de despesas com atualizações monetárias e cambiais no resultado financeiro.

### 3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

#### 3.1 Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, dos preços realizados no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ocorridos em meados de 2014 até janeiro de 2015, a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aplicada em 02 de março de 2015, por meio da Resolução nº 1.858 da ANEEL de 27 de fevereiro de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% nas tarifas aplicadas aos seus consumidores.

#### 3.2 Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definida para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (*Weighted Average Capital Cost* ou Custo Médio Ponderado de Capital) líquido de impostos de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%, o que representou um ajuste na remuneração do capital.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Custo de Capital – WACC; Fator X (índice que transfere parte dos ganhos de eficiência das distribuidoras



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

com os consumidores); Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, desta forma, a Revisão Tarifária resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%, composta pela recomposição dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e pela revisão dos custos gerenciáveis (Parcela B).

Conforme modelo regulatório vigente, o resultado do 4º Ciclo de Revisão Tarifária contemplou o repasse ao consumidor dos ganhos de eficiência obtidos no ciclo tarifário anterior. Isto representa uma redução na margem operacional da Distribuidora, no início de cada novo ciclo tarifário, que é compensado ao longo dos anos subsequentes, considerando novos ganhos de mercado e eficiências a serem obtidas pela Companhia.

### 3.3 Reajuste Tarifário

Em 27 de agosto de 2016 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual da Elektro, homologado pela Resolução nº 2.125 de 23 de agosto de 2016. Neste reajuste foram atualizados os custos não gerenciáveis da distribuidora (Parcela A), repassados em sua totalidade para a tarifa dos consumidores. Nesse sentido, a redução de alguns componentes, como o preço da tarifa de energia de Itaipu, aliado a redução do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vide nota 3.4), culminou em uma redução média das tarifas aos consumidores de 13,40%. Ressalta-se que a parcela que remunera os custos gerenciados pela distribuidora (Parcela B), obteve reajuste positivo devido à atualização pela inflação registrada no período (IGP-M), descontada do Fator X. Assim, a redução nas tarifas praticadas não afeta a Margem Operacional da Companhia uma vez que se trata, principalmente, de Valores na Parcela A e Outros Itens Financeiros cujo impacto é neutro no resultado da Companhia.

### 3.4 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE é uma conta cuja arrecadação é utilizada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por fontes alternativas e para a universalização da energia elétrica no país. Conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve também suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, além de outros custos. O mecanismo de recomposição do fundo é realizado por meio de cotas mensais homologadas pela ANEEL e recolhidas ao fundo operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, e o ressarcimento às distribuidoras para os subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pela Eletrobrás, sendo que este encargo é repassado aos consumidores por meio das tarifas, tendo efeito nulo no resultado.

Devido à crise hídrica ocorrida ao longo dos anos de 2013 e 2014, que teve como resultado uma forte elevação dos custos de energia, o Governo Federal permitiu o repasse às distribuidoras de recursos do fundo da CDE para cobertura do descasamento de caixa e resultado do período. No entanto estes recursos foram insuficientes para neutralizar toda a exposição das distribuidoras. Assim, em abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221 que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras. Essa operação não exigiu das distribuidoras qualquer garantia direta ou indireta para firmar os contratos de empréstimo.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram em 2015 o repasse desses encargos nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária, com término previsto para abril de 2020. Anualmente a ANEEL homologa os valores das parcelas mensais, que devem vigorar para os 12 meses subsequentes, para repasse à CCEE, que são definidos por critério específico de rateio e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido à época (que totalizou R\$ 1,12 bilhão entre 2014 e 2015), sendo garantida a neutralidade tarifária para a distribuidora. Em 2015, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.863 e nº 2.004, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento mensal na tarifa equivalente a R\$ 26.002, referente ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, e um incremento de R\$ 27.536 para o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Assim, durante o ano de 2016, a Companhia liquidou o montante total de R\$ 235.552.

No que tange aos recolhimentos mensais das cotas de CDE, houve no ano de 2015 um descasamento de caixa, pois a Elektro vinha recolhendo integralmente sua cota mensal, e em contrapartida não recebeu do fundo a integralidade dos repasses dos valores de subsídios. Assim, em 06 de agosto de 2015, a Companhia obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

dos pagamentos mensais os valores já vencidos e não repassados pelo fundo, que no ano de 2016 totalizaram R\$ 174.073 (R\$ 211.376 em 31 de dezembro de 2015). Por se tratar de ordem liminar, a Companhia apresenta os saldos a receber e a pagar segregados em seu balanço patrimonial, exceto para o período de agosto de 2015 a janeiro de 2016, para os quais obteve recibo de quitação no montante de R\$ 230.691.

Ainda com relação aos recolhimentos de CDE, a Associação Brasileira de Consumidores de Energia (ABRACE), em julho de 2015, questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE, bem como a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Em setembro de 2015, após a abertura da Audiência Pública nº 057 e a fim de dar cumprimento à ordem judicial, a ANEEL fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, as quais foram aplicadas retroativamente a 03 de julho de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.967/15.

Como o impacto na arrecadação do encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes de cada distribuidora para a CDE e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE, que em 2016 foi de R\$ 31.337.

Em janeiro de 2016, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) também ingressou em juízo questionando alguns itens que compõem a CDE, sendo que a ANEEL determinou novas tarifas para os consumidores representados por essa Associação, deduzindo assim, no período de janeiro a setembro, o valor de R\$ 9.644.

Dada recorrência de liminares desta natureza, a ANEEL emitiu em 14 de junho de 2016 o Despacho nº 1.576/16, que normatiza o tratamento a ser dado pelas distribuidoras no caso de surgirem novas liminares questionando os valores de CDE cobrados nas tarifas. Assim, nesses casos será autorizada automaticamente a dedução dos montantes a serem recolhidos para a CDE dos valores não arrecadados devido às liminares obtidas por esses clientes, respeitando a neutralidade tarifária.

### 3.5 Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados mensalmente pela ANEEL através de despachos, tendo entrado o sistema em vigor a partir de janeiro de 2015.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como finalidade indicar ao consumidor se a energia terá um custo mais elevado, em função das condições de geração de energia elétrica, e, de maneira complementar à Revisão Tarifária Extraordinária, visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, cobrindo custos adicionais de geração térmica, Encargo de Serviços de Sistema – ESS, risco hidrológico e os custos com compra de energia no mercado de curto prazo devido à exposição involuntária das distribuidoras. As variações de custos remanescentes, não cobertos pelo mecanismo das Bandeiras Tarifárias, são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste ou Revisão Tarifária. Do mesmo modo, receitas provenientes de Bandeira Tarifária superiores às necessidades da companhia são registradas na CVA passiva para devolução no próximo Reajuste Tarifário ou Revisão Tarifária, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha nos montantes de R\$ 30/MWh para janeiro e fevereiro, R\$55/MWh para o período de março a agosto e R\$45/MWh a partir de setembro. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública nº 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de Bandeira Tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo na tarifa de energia. Dessa forma, em janeiro de 2016 foi aplicada a bandeira vermelha no valor de R\$45/MWh, em fevereiro a bandeira vermelha – patamar 1 no valor de R\$30/MWh, e em março a bandeira amarela no valor de R\$15/MWh. A partir de abril de 2016, devido às condições hídricas mais favoráveis para a geração de energia, passou a vigorar a bandeira verde, na qual não há acréscimos no MWh distribuído, e que se manteve até setembro de 2016.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é administrar os recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias, apurar as variações entre o total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição e realizar uma redistribuição entre todos os agentes dos efeitos desta arrecadação. No período de janeiro a setembro de 2016, o montante de Bandeiras Tarifárias recebido através do faturamento das contas de energia pela Elektro foi de R\$ 121.353 (R\$ 413.553 em 30 de setembro de 2015).

### 3.6 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A ANEEL, no final de 2014, com o objetivo de equalizar os custos da energia comprada pelas empresas distribuidoras de energia, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o montante recebido pela Elektro foi maior do que a necessidade de compra da Companhia, fato este que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor de distribuição, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável também contribuiu para que as empresas apresentem um cenário de exposição. Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras através de sua Associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato, ou ainda a rescisão do mesmo. A Elektro vem realizando acordos nos termos desta resolução não apenas para contratos de suprimento imediato, mas também para aqueles de suprimento futuro, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

Outro aspecto relacionado ao tema são os baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado, o que gerou um aumento na migração de clientes para o ambiente livre. Originalmente, a parcela de energia correspondente aos consumidores que migraram na condição de clientes especiais (clientes com demanda contratada entre 0,5 e 3 MW) não podia ser deduzida do total de energia contratada pelas distribuidoras, o que contribuiu para a sobrecontratação.

Diante deste cenário, em 21 de junho de 2016, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 726/2016, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a dedução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. O reconhecimento da sobrecontratação involuntária dos montantes que não puderam ser deduzidos deverá ser tratado individualmente por cada distribuidora com a ANEEL, que irá avaliar cada caso. Essas alterações representam um



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

avanço nas discussões das distribuidoras junto ao regulador, que tem atuado em busca de um tratamento adequado quanto à mitigação dos impactos nas distribuidoras.

Em julho de 2016, a CCEE anunciou que iria realizar o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) para contratos de energia nova entre distribuidoras e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses agentes. Em agosto de 2016 foi realizado um 2º processamento desse mecanismo, dessa vez com a participação da usina de Belo Monte, o que permitiu que um maior volume de energia fosse realocado. A participação nestes dois MCSDs auxiliou na mitigação de parte da energia sobrecontratada da Elektro para o ano de 2016. Em outubro de 2016, será realizado mais um processamento do MCSD de energia nova pela CCEE. Nesta rodada, poderão participar um conjunto de usinas que foram impedidas de participar nos eventos anteriores. Desta forma, existe expectativa de que outra parcela da sobrecontratação das distribuidoras seja endereçada.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL emitiu o Decreto nº 8.828/16 que desobriga as distribuidoras sobrecontratadas de penalidades caso elas não contratem energia para o montante de reposição dos contratos que estão para expirar. Essa medida também auxilia na mitigação da sobrecontratação, e seus efeitos para a Elektro poderão ser observados a partir de 2017.

Considerando todos os mecanismos de mitigação citados acima, a Companhia conseguiu endereçar a maior parte do volume de energia sobrecontratado para o ano de 2016 e tem até o encerramento do ano para concluir todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

#### 4. PRÁTICAS CONTÁBEIS GERAIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa 4 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos registrados nesta categoria, no montante de R\$ 957.123 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 785.146 em 31 de dezembro 2015) referem-se a saldos disponíveis de caixa e títulos de renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 30 de setembro de 2016 a rentabilidade média estava em 100,92% do CDI (101,14% em 31 de dezembro de 2015). Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das três Agências de Classificação de Risco (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch Rating*) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 6. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	30/09/2016				31/12/2015			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	156.679	146.280	83.617	386.576	364.305	255.770	87.726	707.801
Outras contas a receber	552.377	105.717	68.964	727.058	493.358	17.031	16.309	526.698
Receita não faturada	309.068	-	-	309.068	390.719	-	-	390.719
Parcelamentos de débitos	94.582	18.125	20.741	133.448	81.747	10.967	10.958	103.672
Tarifa de Fio	125.078	79.151	41.066	245.295	-	-	-	-
Supridores	19.004	-	-	19.004	19.004	-	-	19.004
Outros	4.645	8.441	7.157	20.243	1.888	6.064	5.351	13.303
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(15.362)	(18.236)	(69.815)	(103.413)	(14.333)	(16.012)	(50.036)	(80.381)
<b>Total</b>	<b>693.694</b>	<b>233.761</b>	<b>82.766</b>	<b>1.010.221</b>	<b>843.330</b>	<b>256.789</b>	<b>53.999</b>	<b>1.154.118</b>
Circulante	683.984	233.761	82.766	1.000.511	827.468	256.789	53.999	1.138.256
Não circulante	9.710	-	-	9.710	15.862	-	-	15.862

O saldo dos Supridores refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia no âmbito da discussão judicial dos títulos em aberto, é improvável a não realização destes valores.

A Companhia possui uma política para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes dentro de cada faixa de vencimento do débito. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2014	Adições	Reversão da Provisão	Baixas de Incobráveis	30/09/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.436	62.420	(11.527)	(24.609)	68.720
	31/12/2015	Adições	Reversão da Provisão	Baixas de Incobráveis	30/09/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.381	77.550	(8.011)	(46.507)	103.413

O aumento das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa reflete o efeito da elevação das tarifas, combinado a uma conjuntura econômica adversa, que vem afetando o poder aquisitivo e a capacidade de pagamento dos clientes, cujo impacto tem sido suavizado pela intensificação e melhor assertividade das ações de cobrança, conduzidas pela Companhia, maiores detalhes vide nota 29.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 7. VALORES A RECEBER E A DEVOLVER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 30/09/2016	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2015
<b>CVA - Parcela A a receber</b>		<b>36.508</b>	<b>15.432</b>	<b>51.940</b>	<b>311.492</b>	<b>343.941</b>	<b>655.433</b>
Aquisição de Energia	7.1	-	-	-	236.361	-	236.361
Custo da Energia de Itaipu	7.1	-	8.055	8.055	-	232.137	232.137
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		18.948	-	18.948	-	-	-
Transporte Rede Básica		14.048	6.759	20.807	17.266	10.331	27.597
Transporte de Energia - Itaipu		3.512	618	4.130	820	3.765	4.585
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.2	-	-	-	57.045	97.708	154.753
<b>Outros Itens Financeiros a receber</b>		<b>105.565</b>	<b>172.728</b>	<b>278.293</b>	<b>82.895</b>	<b>209.877</b>	<b>292.772</b>
Quota Parte de Energia Nuclear		231	-	231	4.731	-	4.731
Neutralidade da Parcela A	7.3	86.191	60.735	146.926	4.195	52.272	56.467
Sobrecontratação de Energia	7.4	19.143	111.993	131.136	73.507	157.605	231.112
CUSD/DIT		-	-	-	462	-	462
		-	-	-	-	-	-
<b>Total Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>142.073</b>	<b>188.160</b>	<b>330.233</b>	<b>394.387</b>	<b>553.818</b>	<b>948.205</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>173.431</b>			<b>625.146</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>156.802</b>			<b>323.059</b>

Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 30/09/2016	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2015
<b>CVA - Parcela A a devolver</b>		<b>331.267</b>	<b>121.736</b>	<b>453.003</b>	<b>104.713</b>	<b>351.957</b>	<b>456.670</b>
Aquisição de Energia	7.1	194.150	60.284	254.434	-	316.315	316.315
Progr. de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		-	-	-	1.654	-	1.654
Encargos de Serviços de Sistema - ESS e CONER	7.1	56.268	23.819	80.087	103.059	35.642	138.701
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.2	80.849	37.633	118.482	-	-	-
<b>Outros Itens Financeiros a devolver</b>		<b>705</b>	<b>114.034</b>	<b>114.739</b>	<b>169</b>	<b>78.466</b>	<b>78.635</b>
CUSD/DIT		676	-	676	-	-	-
Energia Livre	7.5	-	13.724	13.724	-	12.537	12.537
TUSD-G	7.6	-	35.347	35.347	-	35.347	35.347
DIC/FIC		29	-	29	169	-	169
OBE - Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedente Reativo	7.7	-	64.963	64.963	-	30.582	30.582
<b>Total Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>331.972</b>	<b>235.770</b>	<b>567.742</b>	<b>104.882</b>	<b>430.423</b>	<b>535.305</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>352.261</b>			<b>271.483</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>215.481</b>			<b>263.822</b>

A natureza dos saldos reconhecidos de valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros estão descritas a seguir:

#### 7.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.125, de 23 de agosto de 2016, a ANEEL definiu os valores de CVA correspondentes ao período de 27 de agosto de 2015 a 26 de agosto de 2016. Tais montantes já estão líquidos dos recebimentos ocorridos até 30 de setembro de 2016 e estão representados no quadro “Valores a receber/devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros” na coluna “valores em amortização”: (i) R\$ 194.150 como CVA passiva (R\$ 236.361 como CVA ativa em 31 de dezembro de 2015), referente à aquisição de energia já deduzido dos montantes de Bandeira Tarifária para cobertura desse item; e (ii) R\$ 56.268 (R\$ 103.059 em 31 de dezembro de 2015) registrados como CVA de ESS e CONER (Conta de Energia de Reserva) passiva também já deduzidos dos valores recebidos via Bandeira Tarifária.

Os saldos em constituição referem-se à apuração do saldo de CVA para repasse no próximo processo tarifário de acordo com legislação e regras vigentes. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui os seguintes montantes registrados: (i) R\$ 8.055 a receber (R\$ 232.137 em 31 de dezembro de 2015) referente ao custo de energia de Itaipu maior que sua cobertura tarifária; (ii) R\$ 60.284 a devolver (R\$ 316.315 em 31 de dezembro de 2015) decorrente dos menores custos de energia em relação ao homologado na tarifa; e (iii) R\$ 23.819 a devolver (R\$ 35.642 em 31 de dezembro de 2015) devido aos valores pagos de ESS e CONER estarem menores que sua cobertura tarifária.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 7.2. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE é um encargo setorial, pago pelas empresas de distribuição e estabelecido em lei (vide nota 3.5). Este encargo é dividido em três categorias, sendo: (i) CDE Uso referente à parcela cobrada de clientes livres e cativos incidente na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD; (ii) CDE Energia, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia (TE); e (iii) CDE Energia ACR, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia com o intuito de quitar o empréstimo realizado pela CONTA-ACR. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras em relação aos subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Ao longo de 2016 ocorreram duas alterações no valor do encargo CDE Uso. Em janeiro a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.018/16, reduziu o valor do encargo a pagar, que era igual à sua cobertura tarifária, de R\$ 73.472 para R\$ 47.371, e em junho, a Resolução Homologatória nº 2.077 revogou a anterior e fixou a nova parcela mensal em R\$ 40.510, resultando assim em uma cobertura tarifária maior que o valor a ser pago pelo encargo. Após o Reajuste Tarifário ocorrido em agosto, foi determinado, por meio da Resolução Homologatória nº 2.125/16, o novo valor deste encargo, atualizando a parcela mensal para R\$ 43.369 de cobertura tarifária.

Em 30 de setembro de 2016, o passivo em constituição de CDE é de R\$ 37.633 (R\$ 97.708 a receber em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, o montante a devolver em amortização de CDE é de R\$ 80.849 (R\$ 57.045 a receber em 31 de dezembro de 2015).

### 7.3. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

Em conformidade ao disposto na Subcláusula Décima da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das variações mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais efetivamente faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário, baseados na expectativa de mercado para os 12 meses subsequentes ao reajuste. O total remanescente das diferenças a receber dos consumidores, homologado pela Resolução Homologatória nº 2.125/2016, representa, em 30 de setembro de 2016, um saldo em amortização de R\$ 86.191 (R\$ 4.195 em 31 de dezembro de 2015).

Em julho de 2015, a ABRACE ajuizou uma ação questionando determinados componentes da CDE e obteve uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados, tendo sido fixada pela ANEEL uma nova tarifa para esses clientes.

Em janeiro de 2016, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) também ingressou em juízo questionando alguns itens do orçamento da CDE, resultando em uma nova tarifa para os consumidores representados por essa Associação.

A diferença no faturamento referente à isenção parcial do encargo de CDE para os clientes abarcados pelas ações judiciais da ABRACE e ANACE está sendo registrada através da constituição de neutralidade no montante de R\$ 40.981 (vide nota 3.4).

Em 30 de setembro de 2016, o ativo em constituição é de R\$ 60.735 (R\$ 52.272 em 31 de dezembro de 2015), principalmente decorrente da queda de mercado, além do efeito das liminares citadas acima.

### 7.4. Sobrecontratação de Energia

Em 30 de setembro de 2016, o montante a receber em amortização de sobrecontratação de energia (vide nota 3.6), é de R\$ 19.143 (R\$ 73.507 em 31 de dezembro de 2015). O saldo em constituição em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 111.993 (R\$ 157.605 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos custos adicionais com exposição involuntária no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia para os períodos de 2015 e 2016.

### 7.5. RTE – Energia Livre

Devido a uma liminar proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal na região da jurisdição federal de Presidente Prudente, que afetou algumas cidades da área de concessão da Elektro e que impedia o faturamento dos adicionais tarifários relacionados à



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) ocorrida após o Programa de Racionamento de 2001/02 naquelas localidades, o período de cobrança foi postergado. Considerando que a cobrança desses adicionais tarifários teve início apenas após a recuperação integral das perdas de racionamento pela Elektro, os montantes arrecadados deverão, portanto, ser repassados ao consumidor nos próximos processos tarifários. O montante atualizado deste passivo, em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 13.724 (R\$ 12.537 em 31 de dezembro de 2015).

### 7.6. Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras - TUSD-G

A ANEEL, através de resoluções específicas, determinou a cobrança da TUSD-G das geradoras, para remunerar as instalações, os equipamentos e os componentes da rede de distribuição utilizados para levar a energia aos consumidores conectados à área de concessão da Elektro. A Duke Energy, geradora proprietária da usina de Rosana, localizada na área de concessão da Elektro, não concordou com os valores calculados pela ANEEL e por decisão judicial foi autorizada a realizar o depósito em juízo dos valores cobrados. Dessa forma, em 30 de setembro de 2016, a Elektro mantém um contas a receber registrado na rubrica de outros créditos e um saldo a devolver aos consumidores via modicidade tarifária, a partir do encerramento da ação judicial, no montante de R\$ 35.347.

### 7.7. OBE – Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo

Refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento pela Elektro aos seus clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo que até o 4º Ciclo foram contabilizados como obrigações especiais em serviço, reduzindo o ativo intangível e financeiro, tanto no custo, quanto em sua atualização. A partir do 5º Ciclo, esses montantes passaram a constituir um passivo que será amortizado ao longo do Ciclo seguinte. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$ 64.963 (R\$ 30.582 em 31 de dezembro de 2015) que compreende o período de março de 2015 a setembro de 2016, atualizado pela Selic.

## 8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	99.613	120.254
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	18.776	42.011
PIS e COFINS a recuperar	6.646	3.052
Total	<u>125.035</u>	<u>165.317</u>
Ativo circulante	63.533	81.257
Ativo não circulante	61.502	84.060

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, a qual está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. A Companhia realiza antecipações mensais e apresenta o saldo líquido em seu balanço patrimonial.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre em no máximo 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

## 9. SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS E ENCARGOS DO CONSUMIDOR

Em 2015, além do repasse da Bandeira Tarifária à CCRBT, ocorreu um aumento no valor das cotas do encargo CDE pago pela Companhia para recomposição da conta utilizada nos anos de 2013 e 2014, a fim de neutralizar os impactos do alto custo de energia do mesmo período às distribuidoras. Tal aumento foi objeto de RTE ocorrida em março de 2015 (vide nota 3.1). Já em 2016 a ANEEL voltou a reduzir estes encargos (vide nota 7.2).

No que tange aos recolhimentos mensais das cotas de CDE, houve no ano de 2015 um descasamento de caixa, pois a Elektro vinha recolhendo integralmente sua cota mensal, e em



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

contrapartida não recebeu do fundo a integralidade dos repasses dos valores de subsídios. Assim, em 6 de agosto de 2015, a Companhia obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos mensais os valores já vencidos e não repassados pelo fundo, que no ano de 2016 totalizaram R\$ 174.073 (R\$ 211.376 em 31 de dezembro de 2015). Por se tratar de ordem liminar, a Companhia apresenta os saldos a receber e a pagar segregados em seu balanço patrimonial, exceto para o período de agosto de 2015 a janeiro de 2016, para os quais obteve recibo de quitação no montante de R\$ 230.691.

Assim, em 30 de setembro de 2016, a Companhia mantém registrado no ativo os valores a receber no montante de R\$ 208.283 (R\$ 232.535 em 31 de dezembro de 2015) e no passivo o montante total de R\$ 281.531 (R\$ 335.364 em 31 de dezembro de 2015) referente ao período de fevereiro a setembro de 2016.

### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Incidência da COFINS sobre o faturamento	38.261	36.660
Legado "EPC" - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. <sup>(i)</sup>	34.421	32.390
Outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária	52.041	42.210
	<u>124.723</u>	<u>111.260</u>

(i) Refere-se ao processo descrito na nota 20.

O montante de R\$ 38.261 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 36.660 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial efetuado em 29 de outubro de 2004 nos autos da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

### 11. CONTRATO DE CONCESSÃO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a infraestrutura construída é bifurcada em (i) ativo financeiro indenizável, composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, e (ii) ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, conseqüentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão.

Os encargos financeiros de dívida relacionados com a formação da infraestrutura são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos sobre os gastos dos ativos qualificáveis em construção limitado a regra regulatória, que leva em consideração os prazos médios de construção e expansão do sistema elétrico. O valor desses encargos capitalizados foi de R\$ 5.163 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 6.658 em 30 de setembro de 2015). Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que ocorrerem.

#### 11.1. Ativo Indenizável (Concessão)

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da conseqüente remuneração do acionista, no momento das Revisões Tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o fluxo de caixa do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR estimado ao final do prazo contratual da concessão.

Em 30 de setembro de 2016, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR homologada no 4º Ciclo de Revisão Tarifária definida por meio da Resolução Homologatória



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

ANEEL nº 1.944 e Nota Técnica nº 219/2015 – SGT/ANEEL de 25 de agosto de 2015, devidamente movimentado por adições, atualizações e baixa.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício. Para mensuração do valor de mercado, considera-se como nível hierárquico 2.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o fluxo de caixa estimado do ativo financeiro apurado a partir da BRR homologada no 4º ciclo é atualizado mensalmente, considerando a atualização pelo Índice de Preços Amplos ao Consumidor – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme estabelecido pela ANEEL por meio do Proret – Procedimento de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015. O ativo financeiro indenizável decorrente dos investimentos incrementais ocorridos de março de 2015 a setembro de 2016 foi atualizado mensalmente, para reproduzir a metodologia que define o VNR dos investimentos, representando a melhor estimativa na visão da Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, o valor correspondente à atualização deste ativo financeiro foi registrado no resultado operacional do exercício no montante de R\$ 55.801 (R\$ 52.139 em 30 de setembro de 2015).

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual utilizada para determinação do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão pela taxa média de depreciação dos ativos de máquinas e equipamentos é classificada como redutora do ativo intangível.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Ajuste de fluxo de caixa estimado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>727.444</b>	<b>(69.321)</b>	<b>42.119</b>	<b>700.242</b>
Transferências de ativo intangível	226.175	(68.197)	-	157.978
Adições	-	(7.373)	-	(7.373)
Ajustes do fluxo de caixa estimado	-	-	74.862	74.862
Baixas	(17.728)	-	(858)	(18.586)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>935.891</b>	<b>(144.891)</b>	<b>116.123</b>	<b>907.123</b>
Transferências de ativo intangível	105.481	(19.693)	-	85.788
Adições	-	501	-	501
Ajustes do fluxo de caixa estimado	-	-	59.291	59.291
Baixas	(9.753)	-	(3.490)	(13.243)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>1.031.619</b>	<b>(164.083)</b>	<b>171.924</b>	<b>1.039.460</b>

### 11.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço				Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.348.416	(317.550)	(603.793)	1.427.073	454.749	(154.675)	300.074	1.727.147
Adições	-	(8.170)	-	(8.170)	415.651	(31.735)	383.916	375.746
Baixas	(25.308)	-	21.789	(3.519)	-	-	-	(3.519)
Amortização	-	-	(158.100)	(158.100)	-	-	-	(158.100)
Transferências	286.248	(72.552)	-	213.696	(512.424)	140.750	(371.674)	(157.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.609.356</u>	<u>(398.272)</u>	<u>(740.104)</u>	<u>1.470.980</u>	<u>357.976</u>	<u>(45.660)</u>	<u>312.316</u>	<u>1.783.296</u>
Adições	-	455	-	455	279.034	(14.472)	264.562	265.017
Baixas	(51.253)	-	19.660	(31.593)	-	-	-	(31.593)
Amortização	-	-	(126.400)	(126.400)	-	-	-	(126.400)
Transferências	142.243	(17.185)	-	125.058	(247.724)	36.878	(210.846)	(85.788)
Saldo em 30 de agosto de 2016	<u>2.700.346</u>	<u>(415.002)</u>	<u>(846.844)</u>	<u>1.438.500</u>	<u>389.286</u>	<u>(23.254)</u>	<u>366.032</u>	<u>1.804.532</u>

## 12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	30/09/2016	31/12/2015
Moeda nacional	317.838	483.820
Supridores de energia elétrica	262.936	401.253
Fornecedores de materiais e serviços	54.902	82.567
Moeda estrangeira	50.213	102.510
Supridores de energia elétrica - Itaipu	50.213	102.510
Total	<u>368.051</u>	<u>586.330</u>

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta uma diminuição no saldo de supridores de energia devido: (i) menor preço médio da tarifa de compra de energia, por conta do aumento do volume de energia de cotas, cujos preços são significativamente menores que o preço médio dos demais contratos, impactando o mix de contratação; (ii) queda de aproximadamente 32% na tarifa de Itaipu, além da variação cambial, visto que seu faturamento ocorre em dólar.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 13. EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	30/09/2016	31/12/2015	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
<b>Moeda Nacional</b>	<b>544.519</b>	<b>581.859</b>			
		Reapresentado			
<b>BNDES</b>	<b>445.004</b>	<b>466.798</b>			
Finame SE 2011	3.092	3.616	5,5% a.a.	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de
Finem CAPEX 2011/2012	77.621	97.903	de TJLP a TJLP + 3,03%	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Cessão
Finem CAPEX 2013/2014	228.395	256.320	de TJLP a TJLP + 3,08%	Início 15/01/2016 até 15/12/2023	Fiduciária de
Finem CAPEX 2015/2016	136.793	110.000	de TJLP a TJLP + 2,36%	Início 15/07/2017 até 15/06/2024	Direitos
Custos com emissão - BNDES	(897)	(1.041)			
<b>Eletrobrás - Luz para Todos</b>	<b>47.687</b>	<b>58.144</b>	<b>RGR + 5,0% a.a. (2)</b>	<b>Início: 30/11/2006 até 31/12/2022</b>	<b>Carta de Fiança</b>
Caixa Econômica Federal - Luz para Todos	5.897	-	RGR + 6% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	8.741	13.987	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	
Finep - 3º Ciclo	3.860	4.751	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	13.308	15.528	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Finep - 5º Ciclo	7.885	7.802	TJLP + 0,5% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
<b>Arrendamento mercantil</b>	<b>12.137</b>	<b>14.849</b>	<b>de 10% a 18% a.a.</b>	<b>A partir de 2013 (3)</b>	<b>N/A</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>1.283.475</b>	<b>1.578.600</b>			
BEI - Banco Europeu de Investimento 2013	427.219	509.419	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
BEI - Banco Europeu de Investimento 2016	190.654	-	Libor 6M + 0,862%	01/07/2027	
4131 Bank Of Tokyo 2014	144.333	176.186	Libor 3mL + 0,8457% (4)	20/06/2018	
4131 Citibank	213.737	258.544	Libor 3mL + 0,7782% (4)	09/01/2018	
4131 HSBC	-	263.187	Libor 3mL + 0,8500% (4)	15/06/2016	N/A
4131 Mizuho	193.880	235.227	Libor 3mL + 1,00% (4)	16/03/2018	
4131 Bank Of Tokyo 2015	114.506	136.997	Libor 3mL + 0,6900% (4)	16/03/2018	
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(854)	(960)			
<b>Total</b>	<b>1.827.994</b>	<b>2.160.459</b>			
Circulante	404.180	422.288			
Não circulante	1.423.814	1.738.171			
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>					
Swap Empréstimo BEI - Banco Europeu de Investimento	(130.770)	(222.272)	CDI - 0,30% a.a.	31/10/2025	
Swap Empréstimo BEI - Banco Europeu de Investimento 2016	(5.966)	-	76,5% do CDI a.a.	01/07/2027	
Swap Cré. Bancário via Lei nº 4.131 Bank of Tokyo 2014	(3.703)	(33.591)	100,5% do CDI a.a.	20/06/2018	
Swap Cré. Bancário via Lei nº 4.131 Citibank	(25.315)	(69.915)	103,0% do CDI a.a.	09/01/2018	N/A
Swap Cré. Bancário via Lei nº 4.131 HSBC	-	(112.267)	104,9% do CDI a.a.	15/06/2016	
Swap Cré. Bancário via Lei nº 4.131 Mizuho	(5.659)	(46.818)	93,16% do CDI a.a.	16/03/2018	
Swap Cré. Bancário via Lei nº 4.131 Bank of Tokyo 2015	(1.061)	(23.439)	94,0% do CDI a.a.	16/03/2018	
<b>Total</b>	<b>(172.474)</b>	<b>(508.302)</b>			
Circulante	(18.394)	(134.494)			
Não circulante	(154.080)	(373.808)			
<b>Endividamento Financeiro Líquido Total</b>	<b>1.655.520</b>	<b>1.652.157</b>			
Circulante	385.786	287.794			
Não circulante	1.269.734	1.364.363			

Em 30 de setembro de 2016, o endividamento financeiro líquido do efeito dos Instrumentos Financeiros Derivativos é de R\$ 1.655.520 (R\$ 1.652.157 em 31 de dezembro de 2015), sendo: (i) R\$ 385.786 registrado no curto prazo dos quais R\$ 71.799 possuem vencimento até dezembro de 2016 e R\$ 313.987 nos primeiros nove meses de 2017; (ii) R\$ 1.269.734 registrado no longo prazo, com vencimentos que ocorrerão da seguinte forma: R\$ 76.218 no último trimestre de 2017, R\$ 493.887 em 2018, R\$ 137.997 em 2019, R\$ 110.666 em 2020 e R\$ 450.966 após 2020.

No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20.000, referente ao contrato de financiamento firmado em 2015 junto ao BNDES, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. O montante total liberado desde a assinatura do contrato foi de R\$ 130.000.

Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos. Esta primeira liberação, no valor de R\$ 6.138, corresponde a 70% do valor do contrato.

Em 15 de junho de 2016 foi realizada a liquidação do contrato de empréstimos e do instrumento derivativo referente à dívida via Lei nº 4.131 junto ao banco HSBC no valor de R\$ 150.000.

Adicionalmente, em 1º de julho de 2016, depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado em dezembro de 2015 com o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Companhia obteve o desembolso da primeira parcela no montante de R\$ 180.150. Essa operação possui prazo de vencimento de 11 anos, pagamento de juros semestrais e 3 (três) anos de carência para pagamento do principal. Na mesma data, foi contratada uma operação de "Swap" com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI) com um custo final de 76,5% do CDI.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Para a exposição relativa à captação de todos os recursos em moeda estrangeira, a Companhia possui instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial: *Swap* de moeda, sem nenhum componente de alavancagem (vide nota 29 – Instrumentos Financeiros).

### Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos que contém cláusulas relacionadas à *covenants* não financeiros, tais como a alteração de controle acionário e inadimplemento, e *covenants* financeiros, que estabelecem os seguintes indicadores: Endividamento Líquido/ EBITDA (limite menor ou igual a 3,0), Dívida Líquida/ PL (limite menor ou igual a 2,5) e EBITDA/ Despesa Financeira (limite maior ou igual a 2,0).

A Companhia sempre cumpriu e vem se mantendo dentro dos limites estabelecidos para esses *covenants* e não possui itens que façam parte da infraestrutura da concessão oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

## 14. DEBÊNTURES

	30/09/2016	31/12/2015	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	172.907	290.946				
1ª Série	-	42.175	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	173.020	248.988	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(113)	(217)				
6ª Emissão	693.512	785.593				
1ª Série	110.856	229.333	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	135.623	129.428	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	447.651	427.598	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(618)	(766)				
Total	866.419	1.076.539				
Circulante	199.342	259.061				
Não circulante	667.077	817.478				

Em 15 de agosto de 2016, a Companhia liquidou o montante de R\$ 42.965 referente aos títulos da 1ª série da 5ª emissão juntamente com o pagamento de juros acumulado. Também ocorreu a amortização parcial dos títulos referentes à 5ª emissão 2ª série juntamente com pagamento de juros acumulado no montante total de R\$ 104.553.

Adicionalmente, em 12 de setembro de 2016 foi liquidado o montante de R\$ 125.900, referente aos títulos da 1ª série da 6ª emissão juntamente com o pagamento de juros acumulado. Em acréscimo, ocorreu o pagamento de juros acumulados da 2ª e 3ª séries da 6ª emissão no montante total de R\$ 31.102.

Assim, em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui o montante de R\$ 866.419 (R\$ 1.076.539 em 31 de dezembro de 2015) referente à 5ª e 6ª emissão de debêntures, sendo R\$ 199.342 registrados no curto prazo; e R\$ 667.077 registrados no longo prazo com vencimentos que ocorrerão da seguinte forma: R\$ 153.472 em 2018, R\$ 67.504 em 2019, R\$ 148.674 em 2020 e R\$ 297.427 após 2020.

As características gerais das debêntures da Companhia estão apresentadas abaixo:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografária, sem garantia	quirografária, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de debêntures.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

A Companhia possui debêntures que contém cláusulas relacionadas à *covenants* não financeiros, tais como a alteração de controle acionário e inadimplemento, e *covenants* financeiros, que estabelecem os seguintes indicadores financeiros: Endividamento Líquido/ EBITDA (limite menor ou igual a 3,0) e EBITDA/ Despesa Financeira (limite maior ou igual a 2,0).

A Companhia sempre cumpriu e vem se mantendo dentro dos limites estabelecidos para esses *covenants* e não possui itens que façam parte da infraestrutura da concessão oferecidos como garantias de debêntures.

### 15. TRIBUTOS A RECOLHER

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	124.345	172.903
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	26.125	39.406
Programa de integração social - PIS	5.620	8.511
Outros impostos	1.737	2.121
<b>Total</b>	<b>157.827</b>	<b>222.941</b>

O ICMS é computado sobre o consumo de energia elétrica de cada unidade consumidora e a alíquota nominal varia entre 12%, 18% e 25% a depender da classe de consumo prevista na legislação.

O PIS e a COFINS estão computados à alíquota nominal combinada de 9,25%, calculados sob a receita operacional deduzidos os créditos pertinentes e 4,65% sob as receitas financeiras, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

### 16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Em 28 de janeiro de 2016 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 98.269 de Juros Sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, líquido de imposto de renda retido na fonte, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 20 de abril de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos referente ao resultado de 2015 no montante total de R\$ 72.649, conforme proposta deliberada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016. Os dividendos foram pagos em uma única parcela, em 02 de maio de 2016.

Em 13 de julho de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de distribuição aos acionistas de Dividendos Intermediários para exercício de 2016 no montante de R\$ 104.398, cujo pagamento foi dividido em três parcelas iguais de R\$ 34.799, sendo a primeira paga em 31 de agosto de 2016 e as demais a serem pagas em 31 de outubro e 29 de dezembro de 2016, conforme aviso aos acionistas publicado para esta finalidade.

Em 14 de outubro de 2016, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio para o exercício social de 2016 no montante de R\$ 138.667, o qual será pago conforme disponibilidade de caixa, precedidos de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

Em 30 de setembro de 2016, o montante de dividendos a pagar é de R\$ 69.610 (R\$ 98.279 em 31 de dezembro de 2015).



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	30/09/2016	31/12/2015
Férias e 13º salário a pagar	28.017	21.179
INSS empregador	14.783	10.732
Participação nos lucros e resultados	7.837	21.365
FGTS	3.761	3.658
Retenções do empregado	3.180	3.508
Outros	682	371
<b>Total</b>	<b>58.260</b>	<b>60.813</b>

### 18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	30/09/2016	31/12/2015
Programa de Eficiência Energética	0,50%	31.201	34.411
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	30.963	21.929
FNDCT	0,20%	148	748
MME	0,10%	222	379
<b>Total</b>		<b>62.534</b>	<b>57.467</b>
Circulante		43.368	40.085
Não circulante		19.166	17.382

A partir de 3 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

### 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### 19.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes características:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários, foi adotado o método do crédito unitário projetado. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta *superávit* atuarial de R\$ 271.165 em 31 de dezembro de 2015. Para o reconhecimento contábil do *superávit* atuarial é necessário que este seja superior a 25% das reservas matemáticas do plano, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro em função da volatilidade de suas obrigações. Somente a partir deste limite, o *superávit* poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 10% em 31 de dezembro de 2015, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum *superávit* atuarial.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano	1.141.219	1.100.106
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	870.054	894.232
<i>Superávit</i> para planos cobertos	271.165	205.874
Limite de Ativo de Benefício Definido	(271.165)	(205.874)
Ativo atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado do custo estimado ao Benefício Definido nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

Componentes da despesa do plano	30/09/2016	30/09/2015
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente	2.126	3.938
Despesa reconhecida	2.126	3.938

A Companhia efetuou contribuições aos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida mantidos junto à Fundação CESP em 30 de setembro de 2016 de R\$ 2.733 (R\$ 2.551 em 30 de setembro de 2015).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob a denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 30 de setembro de 2016 foram de R\$ 399 (R\$ 382 em 30 de setembro de 2015), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

## 20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis e ambientais, fiscais, trabalhistas, regulatórios, desapropriações e servidões, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Provisão para ações judiciais e regulatórias

As provisões apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	Item	31/12/2015	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	30/09/2016
Cíveis e ambientais	20.1	141.809	17.500	12.603	(8.769)	(10.924)	152.219
Tributárias	20.2	35.351	85	2.816	(23)	-	38.229
Trabalhistas	20.3	32.529	12.396	5.622	(3.633)	(7.242)	39.672
Desapropriações e servidões	20.4	9.305	319	1.218	(26)	(40)	10.776
Regulatórias	20.5	20.725	3.114	2.952	(9.903)	(2.126)	14.762
Total das provisões		<u>239.719</u>	<u>33.414</u>	<u>25.211</u>	<u>(22.354)</u>	<u>(20.332)</u>	<u>255.658</u>

As provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas. A descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações estão descritas abaixo:

#### 20.1 Cíveis e ambientais

As ações cíveis tem carácter indenizatório envolvendo objetos de naturezas diversas como: clientes questionando faturamento regular ou de procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos, bem como questões de natureza regulatória. A principal ação com atual provisão está descrita a seguir:

##### Uso da faixa de domínio de rodovias

A Elektro mantém provisão no montante de R\$ 116.948 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 106.963 em 31 de dezembro de 2015) para suportar possíveis ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais e outras partes envolvidas. A Companhia é impedida de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias, razão pela qual ajuizou duas ações contra Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, bem como adota outras medidas legais para discussão do tema. Nas ações em que o tema é discutido, há decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, motivo pelo qual os assessores jurídicos da Companhia não alteraram o prognóstico de perda da contingência.

##### Ambientais

As ações ambientais referem-se a questionamentos de multas sofridas pela Companhia com baixo valor e em decorrência do curso normal de suas atividades.

#### 20.2 Tributárias

Referem-se às discussões relativas às exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Dentre o total provisionado, destaca-se o Mandado de Segurança impetrado em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 2ª instância que lhe foi desfavorável. O valor provisionado em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 36.343 (R\$ 33.773 em 31 de dezembro de 2015).

#### 20.3 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Elektro envolvendo diferenças salariais, horas-extras, periculosidade, adicional de transferência e outras, e também ações movidas por ex-empregados de empresas contratadas (responsabilidade subsidiária ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras não pagas pelos contratantes dos empregados.

#### 20.4 Desapropriações e servidões

Essas ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Elektro para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.), bem como ações em que a CESP, antecessora de Elektro, não realizou os respectivos pagamentos aos proprietários.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 20.5 Regulatórias

Referem-se a provisões administrativas diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST).

#### Contingências passivas com avaliação de risco possível

Segue demonstrativo dos processos cujo risco de perda é possível e, portanto, não possuem provisões registradas em 30 de setembro de 2016:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias <sup>(i)</sup>	583.132	504.265
Previdenciárias <sup>(ii)</sup>	91.530	89.105
Cíveis e ambientais	58.993	35.040
Trabalhistas	17.570	17.302
Desapropriação e servidão de passagem	8.377	6.790
	<u>759.602</u>	<u>652.502</u>

- (i) Destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido suposto transporte indevido de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o Livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela do imposto de renda no FINAM; retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP; compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo.
- (ii) Refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados.

Adicionalmente, em março de 2007 o Ministério Público do Trabalho ajuizou em face da Elektro Ação Civil Pública que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

<u>Acionista</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Participação</u>
Elektro Holding S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

### 21.2. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 2015) é composto principalmente por: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 21.3. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício. Em 30 de setembro de 2016 a reserva de lucros, somada às demais reservas, superaram 30% do capital social.

### 21.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 20 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 72.649, referente ao exercício de 2015 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 2 de maio de 2016.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2016, foi aprovada a proposta de distribuição aos acionistas de dividendos intermediários no valor de R\$ 104.398, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2016, dividido em três parcelas iguais de R\$ 34.799, sendo a primeira paga em 31 de agosto de 2016 e as demais a serem pagas em 31 de outubro e 29 de dezembro de 2016, conforme aviso aos acionistas publicado para esta finalidade. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	57.365	0,563073824
Ordinárias	91.880.972	47.033	0,511890536
Total	193.759.265	104.398	

Em 14 de outubro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 138.667. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Juros sobre Capital Próprio	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	76.196	0,747909384
Ordinárias	91.880.972	62.471	0,679917622
Total	193.759.265	138.667	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

### 21.5. Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

Numerador	2016		2015	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	59.852	163.312	85.021	267.812
<b>Denominador</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação ordinária	203.947	203.947	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,2935	0,8008	0,4169	1,3131
10% - Ações preferenciais	0,0293	0,0801	0,0417	0,1313
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,3228	0,8808	0,4586	1,4445



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Informações Contábeis Financeiras.

### 22. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração e atualização do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação "custo mais margem" (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, nas concessões de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório no valor de 8,09% a.a. (12,26% antes dos impostos), já incluído na tarifa da Companhia a partir de 27 de agosto de 2015, o qual substituiu o anterior de 7,50% a.a. (11,36% antes dos impostos) utilizado no ciclo anterior. Esta receita é contabilizada mensalmente e arrecadada pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2016 o número de consumidores da Companhia é de 2.542.014 (2.486.673 em 30 de setembro de 2015).

	2016				2015			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
						Reapresentado		Reapresentado
Receitas operacionais	5.752.569	1.882.642	8.656.871	5.929.235	2.948.399	2.238.362	9.349.163	6.980.678
Fornecimento para consumidores	5.752.569	973.196	8.656.871	3.455.319	2.948.399	1.279.599	9.349.163	3.959.267
Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros (a)	-	(97.526)	-	(500.678)	-	131.479	-	518.469
Outras receitas	-	1.006.972	-	2.974.594	-	827.284	-	2.502.942
CCEE (b)	-	96.172	-	193.353	-	5.433	-	83.131
Receita de uso do sistema de distribuição (c)	-	675.582	-	2.137.412	-	651.888	-	1.879.464
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	26.166	-	78.499	-	25.213	-	71.284
Receita de construção	-	103.579	-	265.520	-	69.067	-	213.525
Atualização do ativo financeiro	-	11.074	-	55.800	-	36.333	-	52.139
Outras receitas	-	94.399	-	244.010	-	39.350	-	203.399
Deduções às receitas operacionais		(724.299)		(2.480.104)		(994.023)		(2.834.963)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE		(247.605)		(728.901)		(391.056)		(834.491)
Bandeira Tarifária		58		(118.667)		(110.731)		(381.663)
ICMS sobre fornecimento		(303.823)		(1.045.223)		(349.030)		(1.058.406)
COFINS		(139.552)		(443.418)		(146.438)		(474.648)
PIS		(30.299)		(96.269)		(31.790)		(103.047)
Programa de P&D e eficiência energética		(10.306)		(35.762)		(10.251)		(34.944)
Outros		7.228		(11.864)		45.273		52.236
Total	5.752.569	1.158.343	8.656.871	3.449.131	2.948.399	1.244.339	9.349.163	4.145.715

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- As variações da Conta de Compensação de Variação de Custos de Parcela A (CVA) e Outros Itens Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir do aditamento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizado em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das amortizações de valores homologados e por substituições a serem homologadas nos próximos Reajustes Tarifários.
- Refere-se aos montantes de receitas faturadas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia, comercializados no âmbito da CCEE.
- Receita proveniente de encargo pelo uso da rede de distribuição ("TUSD") referente aos consumidores que estão na condição de clientes livres e cativos localizados na área de concessão da Companhia.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 23. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2016				2015			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	3.169.976	701.126	10.124.136	2.011.716	3.654.238	747.828	10.759.935	2.720.242
Itaipu Binacional (**)	759.048	143.792	2.259.218	461.881	762.366	237.066	2.260.842	618.751
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.245.589	415.043	4.445.691	1.159.600	2.000.375	422.374	6.463.952	1.674.273
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	993.970	85.878	3.000.681	236.163	717.879	39.582	1.241.532	97.912
Geração Distribuída	91.762	18.606	197.604	40.303	99.009	18.142	196.971	36.099
PROINFA	79.607	32.967	220.942	98.901	74.609	25.470	230.317	76.410
Uso do transporte de energia	-	4.840	-	14.868	-	5.194	-	15.467
Mercado SPOT	-	-	-	-	-	-	366.321	201.330
Outros custos de energia	-	115.388	-	421.769	-	153.962	-	398.483
ONS - Uso da rede básica	-	73.390	-	222.135	-	75.170	-	228.404
CTEEP- Encargos de conexão	-	9.075	-	26.497	-	6.933	-	20.656
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	14.388	-	119.687	-	55.517	-	119.322
Risco hidrológico	-	18.535	-	53.450	-	16.342	-	30.101
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(75.528)	-	(229.377)	-	(83.416)	-	(288.499)
<b>Total</b>	<b>3.169.976</b>	<b>740.986</b>	<b>10.124.136</b>	<b>2.204.108</b>	<b>3.654.238</b>	<b>818.374</b>	<b>10.759.935</b>	<b>2.830.226</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

### 24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016		2015	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
			Reapresentado	Reapresentado
Gastos com pessoal	75.047	227.068	68.552	212.256
Gastos com serviços de terceiros	31.793	100.983	35.695	112.578
Gastos com materiais	9.508	27.492	7.567	27.404
Outras despesas operacionais líquidas	31.162	134.566	45.218	121.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	15.245	61.172	19.085	42.156
Despesas com arrecadação bancária	3.952	11.734	4.019	12.656
Provisões para ações judiciais e regulatórias	(1.213)	10.741	7.815	16.842
Aluguéis e seguros	2.574	8.751	3.394	10.029
Perda na desativação e alienação de bens líquida	4.899	14.474	4.264	10.124
Taxas e contribuições	2.643	9.670	2.457	10.452
Outras	3.062	18.024	4.184	19.507
	<b>147.510</b>	<b>490.109</b>	<b>157.032</b>	<b>474.004</b>
Custo da operação	88.672	301.961	79.874	308.896
Despesas gerais e administrativas	19.772	57.591	17.038	56.557
Outras despesas operacionais	33.209	112.893	54.207	92.236
Despesas com vendas	5.857	17.664	5.913	16.315
	<b>147.510</b>	<b>490.109</b>	<b>157.032</b>	<b>474.004</b>

### 25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2016		2015	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
			Reapresentado	Reapresentado
Receitas	59.867	165.411	90.323	210.289
Aplicações financeiras	36.131	89.636	22.977	65.669
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	20.207	70.224	20.595	54.098
Atualizações monetárias e cambiais de CVA - líquidas	-	-	46.703	85.281
Outras receitas financeiras	6.992	16.724	4.308	9.501
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(3.463)	(11.173)	(4.260)	(4.260)
Despesas financeiras	(94.329)	(270.484)	(121.054)	(301.950)
Juros sobre debêntures	(20.898)	(65.209)	(23.092)	(65.467)
Atualizações monetárias e cambiais líquidas	(5.925)	(24.490)	(42.087)	(95.365)
Atualização monetária e cambial de CVA líquidas	(3.377)	(3.672)	-	-
Juros sobre empréstimos com terceiros	(38.701)	(125.021)	(48.612)	(114.404)
Outras despesas financeiras	(25.428)	(52.092)	(7.263)	(26.714)
<b>Total</b>	<b>(34.462)</b>	<b>(105.073)</b>	<b>(30.731)</b>	<b>(91.661)</b>



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Contábeis Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

#### 26.1 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	30/09/2016				30/09/2015			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	88.472	254.995	88.472	254.995	129.749	415.632	129.749	415.632
Alíquota nominal dos tributos	15%	15%	9%	9%	15%	15%	9%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	10%	-	-	10%	10%	-	-
	(22.112)	(63.731)	(7.962)	(22.950)	(32.433)	(103.890)	(11.677)	(37.407)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo								
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.101)	(7.025)	(756)	(2.527)	(2.262)	(7.746)	(768)	(2.608)
Incentivos fiscais e outros	3.695	3.934	616	616	1.897	3.315	515	516
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(20.518)	(66.822)	(8.102)	(24.861)	(32.798)	(108.321)	(11.930)	(39.499)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.246)	(30.744)	(8.364)	(11.873)	(17.667)	(74.632)	(6.483)	(27.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	728	(36.078)	262	(12.988)	(15.131)	(33.689)	(5.447)	(12.128)
Total	(20.518)	(66.822)	(8.102)	(24.861)	(32.798)	(108.321)	(11.930)	(39.499)

#### 26.2 Tributos diferidos

	Balanças patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente			
	30/09/2016	31/12/2015	2016		2015	
			3º Trimestre	30/09/2016	3º Trimestre	30/09/2015
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	87.543	97.870	13.903	(10.327)	(7.009)	(5.111)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.146	27.329	14.685	7.817	(354)	8.937
Provisão para ações judiciais e regulatórias	78.235	71.288	2.265	6.947	2.273	4.450
Variação cambial / Provisão ganho/perda hedge	26.180	26.176	2	4	4.734	25.716
Provisão perda na desativação de ativos	-	9.430	-	(9.430)	3.486	(6.190)
Provisão efeito postergação tarifária	-	-	-	-	(4.160)	(20.016)
Contratos de concessão - marcação a mercado	(58.454)	(39.482)	(3.765)	(18.972)	(12.353)	(17.727)
Outras	6.436	3.129	716	3.307	(635)	(281)
<b>Inteligente + Encargos</b>						
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	66.399	73.318	(2.306)	(6.919)	(2.962)	(8.885)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	505.589	537.410	(10.607)	(31.821)	(10.607)	(31.821)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	659.531	708.598	990	(49.067)	(20.578)	(45.817)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(1.550)	(827)	(242)	(723)	(446)	(1.339)
Plano de pensão	(1.550)	(827)	(242)	(723)	(446)	(1.339)
Total	657.981	707.771	748	(49.790)	(21.024)	(47.156)

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2015.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de benefício fiscal do ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O benefício fiscal do ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 30 de setembro de 2016 é como segue: R\$ 19.528 em 2016, R\$ 58.018 em 2017, R\$ 57.811 em 2018 e R\$ 522.624 de 2019 a 2028.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

### 27. PARTES RELACIONADAS

#### 27.1 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Elektro Holding S.A., até 31 de agosto de 2016 denominada como Iberdrola Brasil S.A., e como controlador indireto a Iberdrola S.A.. Foram considerados como partes relacionadas o acionista controlador, entidades sob o controle comum e coligadas que de alguma forma exerçam influências sobre a Companhia.

As transações da Companhia relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	(Ativo) / Passivo		Receitas / (Despesas)		Duração	Indexador
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015		
<b>COMPRA DE ENERGIA</b>						
Energética Águas da Pedra S.A. <sup>(a)</sup>	932	1.143	(7.432)	(8.815)	Dez/2040	IPCA
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. <sup>(a)</sup>	198	243	(1.581)	(1.875)	Dez/2039	IPCA
Goiás Sul Ger. de Energ. Elétric. S.A. - Goiandira <sup>(a)</sup>	70	86	(557)	(660)	Dez/2039	IPCA
Goiás Sul Ger. de Energ. Elétric. S.A. - Nova Aurora <sup>(a)</sup>	52	64	(418)	(495)	Dez/2039	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pedra Garrafão <sup>(a)</sup>	36	45	(290)	(344)	Dez/2038	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pirapetininga <sup>(a)</sup>	36	45	(290)	(344)	Dez/2038	IPCA
Teles Pires <sup>(a)</sup>	1.569	1.760	(11.423)	(7.587)	Dez/2044	IPCA
UHE Belo Monte <sup>(a)</sup>	-	330	-	(154)	Dez/2044	IPCA
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. <sup>(a)</sup>	105	78	(864)	(709)	Dez/2017	IGP-M
Total	<u>2.998</u>	<u>3.794</u>	<u>(22.855)</u>	<u>(20.983)</u>		
<b>TRANSMISSÃO</b>						
Afluente Transmissão de Energia S.A.(e)	(17)	(9)	(232)	(317)	Até a extinção da concessão da Elektro	IGP-M
SE Naranjiba S.A.(e)	-	-	(30)	(37)		
Total	<u>(17)</u>	<u>(9)</u>	<u>(262)</u>	<u>(354)</u>		
<b>SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. <sup>(a)</sup>	(38)	(31)	290	264	Indeterminado	IGP-M
Elektro Holding S.A. <sup>(c)</sup>	940	1.000	(940)	(750)	Out/2016	IGP-M
Amara Brasil Ltda. <sup>(d)</sup>	828	546	(3.615)	(3.747)	Ago/2018	IPCA
Total	<u>1.730</u>	<u>1.515</u>	<u>(4.265)</u>	<u>(4.233)</u>		

(a) Compra de Energia de Partes Relacionadas, através de leilões regulados para fins de revenda ao consumidor, com preços regulados e aprovados pela ANEEL.

(b) Serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas, calculados com base na estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia.

(c) Serviços diversos de natureza corporativa.

(d) Serviços de operação logística e transporte de materiais.

(e) Serviços de transmissão de energia.

#### 27.2 Remuneração da administração

A remuneração total da Administração da Companhia para o trimestre e os nove meses findos em 30 de setembro de 2016, está abaixo apresentada:

	2016		2015	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Benefícios de curto prazo <sup>(a)</sup>	3.011	7.248	1.788	6.095
Outros benefícios de curto prazo e pós - emprego <sup>(b)</sup>	291	1.332	355	1.310
Total	<u>3.302</u>	<u>8.580</u>	<u>2.143</u>	<u>7.405</u>

(a) Compostos por ordenados e salários;

(b) Compostos por contribuições para a previdência social, benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e benefícios não monetários, tais quais assistência médica e auxílio administração;

Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro no montante de R\$



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

15.272 (R\$ 12.360 em 30 de setembro de 2015) registrado em “Outros Passivos” no passivo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 19.1). Em 30 de setembro de 2016, o valor das contribuições referente aos benefícios dos administradores foi de R\$ 275 (R\$ 263 em 30 de setembro de 2015).

### 28. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros.

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2016 a 31 de maio de 2017, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 30 de setembro de 2015 a 31 de janeiro de 2017.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	1.073.395	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

### 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Contábeis Intermediárias, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Ativo indenizável (concessão):** vide nota 11.1. Nível hierárquico 2.

**Empréstimos e financiamentos:** A fim de apresentar uma informação contábil mais consistente e atendendo as orientações do CPC 46 e IFRS 13, os passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda estrangeira são mensurados e apresentados ao valor justo, por meio de resultado. Assim, as oscilações dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Os valores de marcação a mercado são calculados projetando os fluxos futuros das operações utilizando as condições contratadas, descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado e considerando seu *spread* de crédito.

Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto aos fundos geridos pela Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota 13. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial: *Swap* de moeda, sem nenhum componente de alavancagem.

Os valores de marcação a mercado são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas, descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado e considerando seu *spread* de crédito. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

A Companhia não apresenta como prática a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª Emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

**Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e supridores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, debêntures, valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros e outras contas a pagar.

**Demais ativos e passivos financeiros:** Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	30/09/2016			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	957.123	957.123	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	1.010.221	1.010.221	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	330.233	330.233	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Instrumento financeiro derivativo	172.474	172.474	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Caução de fundos e depósitos vinculados	9.651	9.651	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	1.039.460	1.039.460	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b>3.519.162</b>	<b>3.519.162</b>		
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(368.051)	(368.051)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(532.382)	(532.382)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.283.475)	(1.283.475)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(866.419)	(854.577)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(12.137)	(12.137)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(567.742)	(567.742)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b>(3.630.206)</b>	<b>(3.618.364)</b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual (vide nota 13).

Nas atividades da Companhia, é considerado risco relevante apenas a exposição cambial relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais passaram a ter seus efeitos neutralizados no resultado financeiro da Companhia a partir do reconhecimento dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e sempre foram repassados à tarifa, tendo efeitos temporários sobre o caixa (vide nota 7).

### Principais fatores de risco

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

#### Variação das taxas de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados no Relatório Focus do Banco Central.

O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2016, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 30 de setembro de 2016: 12,38%, 5,39% e 5,15% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 7,50% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25%, e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição <sup>(a)</sup>	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Aplicações Financeiras	953.801	Variação CDI	118.033	147.541	177.049
Empréstimo <sup>(b)</sup>	(1.283.475)	Variação CDI	(158.830)	(198.538)	(238.245)
Instrumentos Financeiros Derivativos (BEI e 4131)	172.474	Variação CDI	21.344	26.680	32.015
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(110.856)	Variação CDI	(13.718)	(17.148)	(20.578)
	(268.056)		(33.171)	(41.465)	(49.759)
Ativo Indenizável <sup>(c)</sup>	1.039.460	Variação IPCA	56.027	70.034	84.040
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(173.020)	Variação IPCA	(8.911)	(11.138)	(13.366)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(135.623)	Variação IPCA	(6.985)	(8.731)	(10.477)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(447.651)	Variação IPCA	(23.054)	(28.818)	(34.581)
Financiamentos - Finep 5º Ciclo	(7.885)	Variação TJLP	(591)	(739)	(887)
Financiamentos - BNDES	(445.901)	Variação TJLP	(33.443)	(41.803)	(50.164)
Redução (Aumento)			(50.128)	(62.660)	(75.194)

(a) Considerado apenas instrumentos financeiros pós fixados.

(b) A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Companhia possui uma operação de *swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(c) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e a variação do IPCA.

### Risco de crédito

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 30 de setembro de 2016, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 27.742 quando comparado com 31 de dezembro de 2015. O índice de inadimplência no encerramento do período foi de 5,0%<sup>(1)</sup> (4,6% em 31 de dezembro de 2015).

Para intensificar a recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a constituição de garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) atuação na cobrança de contas em atraso pela Central de Relacionamento com Cliente; (v) cobrança judicial; e (vi) protesto de clientes junto aos cartórios. Além disso, todas as ações de cobrança são pautadas por um modelo estatístico que avalia a propensão de um cliente ao não pagamento, permitindo adotar estratégias diferenciadas de acordo com o perfil de cada cliente. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo novas tecnologias com o objetivo de fornecer outras formas de pagamento aos clientes, como por



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

exemplo, a disponibilidade de pagamento com cartão de débito e parcelamento com cartão de crédito.

(1) Índice calculado com base no valor do contas a receber vencido pela receita de fornecimento de energia bruta.

### **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Alterações na metodologia vigente são amplamente discutidas através do mecanismo de Audiência Pública e contam com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, incluindo alterações na legislação tributária, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

### **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### **Risco de mercado**

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A ANEEL, no final de 2014, com o objetivo de equalizar os custos da energia comprada pelas empresas distribuidoras de energia, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o montante recebido pela Elektro foi maior do que a necessidade de compra da Companhia, fato este que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor de distribuição, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável também contribuiu para que as empresas apresentem um cenário de exposição. Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras através de sua Associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato, ou ainda a rescisão do mesmo. A Elektro vem realizando acordos nos termos desta resolução não apenas para contratos de suprimento imediato, mas também para aqueles de suprimento futuro, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

Outro aspecto relacionado ao tema são os baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado, o que gerou um aumento na migração de clientes para o ambiente livre. Originalmente, a parcela de energia correspondente aos consumidores que migraram na condição de clientes especiais (clientes com demanda contratada entre 0,5 e 3 MW) não podia ser deduzida do total de energia contratada pelas distribuidoras, o que contribuiu para a sobrecontratação.

Diante deste cenário, em 21 de junho de 2016, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 726/2016, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a dedução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. O reconhecimento da sobrecontratação involuntária dos montantes que não puderam ser deduzidos deverá ser tratado individualmente por cada distribuidora com a ANEEL, que irá avaliar cada caso. Essas alterações representam um avanço nas discussões das distribuidoras junto ao regulador, que tem atuado em busca de um tratamento adequado quanto à mitigação dos impactos nas distribuidoras.

Em julho de 2016, a CCEE anunciou que iria realizar o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCS D) para contratos de energia nova entre distribuidoras e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses agentes. Em agosto de 2016 foi realizado um 2º processamento desse mecanismo, dessa vez com a participação da usina de Belo Monte, o que permitiu que um maior volume de energia fosse realocado. A participação nestes dois MCS Ds auxiliou na mitigação de parte da energia sobrecontratada da Elektro para o ano de 2016. Em outubro de 2016, será realizado mais um processamento do MCS D de energia nova pela CCEE. Nesta rodada, poderão participar um conjunto de usinas que foram impedidas de participar nos eventos anteriores. Desta forma, existe expectativa de que outra parcela da sobrecontratação das distribuidoras seja endereçada.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL emitiu o Decreto nº 8.828/16 que desobriga as distribuidoras sobrecontratadas de penalidades caso elas não contratem energia para o montante de reposição dos contratos que estão para expirar. Essa medida também auxilia na mitigação da sobrecontratação, e seus efeitos para a Elektro poderão ser observados a partir de 2017.

Considerando todos os mecanismos de mitigação deste risco citados acima, a Companhia conseguiu endereçar a maior parte do volume de energia sobrecontratado para o ano de 2016 e tem até o encerramento do ano para concluir todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

### **Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica**

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de quatro subestações, três transformadores e dois disjuntores – todos móveis e próprios, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 123 subestações (SE) automatizadas, a automação do comando e supervisão remota de 1985 equipamentos em redes de distribuição (religadores, reguladores de tensão, bancas de capacitores e sensores de redes), que utilizam comunicação com tecnologia *modem* celular, satélite, rádio e fibra óptica, contribuindo com a redução do deslocamento das equipes para a execução das tarefas na rede de distribuição, bem como a implantação de 158 sistemas de recomposição automática '*Self Healings*', que restabelecem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração e a redução da quantidade de clientes desligados, beneficiando atualmente cerca de 387 mil consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 14,5 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização, como a instalação de 461 disjuntores e a instalação de 3,1 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 10 anos.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

### Risco de racionamento

A Elektro, por ser uma Companhia distribuidora, depende diretamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração para atender seus consumidores. A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e de suas capacidades de armazenamento. Devido à baixa afluência ocorrida ao longo de 2014, inclusive no período chuvoso, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste apresentaram níveis críticos de armazenamento (aproximadamente 19,3% da capacidade). Ao longo de 2015 e de 2016 houve recuperação gradativa dos níveis de armazenamento dos reservatórios e, em agosto de 2016, esses níveis atingiram 46,0% da capacidade total, o que elimina, portanto, o risco de racionamento para este ano.

### Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações/variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/09/2016	30/09/2015
Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	3,2462	3,9729
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	16,87%	-49,57%
IGP-M	6,48%	6,35%
IPCA	5,51%	7,64%
TJLP	5,57%	4,47%
Selic	10,44%	9,57%
CDI	10,42%	9,56%

Cotação em 30 de setembro de 2016.



## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

---

### DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES  
DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE BORSATO  
DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES

GIANCARLO VASSÃO DE SOUZA  
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES  
DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA  
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH  
DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

FABRICIA LANI DE ABREU  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE

ROGERIO ASCHERMANN MARTINS  
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS CORPORATIVOS

JULIANO PANSANATO DE SOUZA  
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA

WEDSON ROMERO PERES  
CONTADOR  
CRC 1SP222804/O-9

## Notas Explicativas

CNPJ 02.328.280/0001-97

---



### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

#### **PRESIDENTE**

ARMANDO MARTÍNEZ MARTÍNEZ

#### **CONSELHEIROS**

JUAN MANUEL EGUIAGARAY UCELAY

JOSÉ IZAGUIRRE NAZAR

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

VICENTE DONIZETI DOS SANTOS

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da Elektro Redes S.A.

Campinas - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2, foram auditados e revisados, respectivamente por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de outubro de 2016, sem modificação.

Campinas, 14 de outubro de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0